PL 013-2024



PLDO

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias

EXERCÍCIO 2025

Cuidando das pessoas, Construindo o amanhã.

SECRETARIA MUNICIPAL DE **PLANEJAMENTO**

PREFEITURA **CANAÃ DOS CARAJÁS**

Cuidando das pessoas. Construindo o amanhã

PL N.º 013 /2024.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
PROTOCOLO AS 12:57hs
DATA 30/04/24
ASSINATURA

PROJETO DE LEI N.º 013 /2024.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS, ESTADO DO PARÁ, no uso das suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS
PROTOCOLO AS 12:57hs
DATA 30/04/24
ASSINATURA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição, na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Orgânica, as diretrizes orçamentárias do Município de Canaã dos Carajás para o exercício financeiro de 2025, compreendendo,

Parágrafo único. As estimativas das receitas e das despesas do Município, sua Administração Direta, obedecerão aos ditames contidos nas Constituições da República, do Estado do Pará, na Lei Complementar n.º 101/2000, na Lei Orgânica do Município, na Lei Federal n.º 4.320/64 e alterações posteriores, inclusive as normatizações emanadas do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e, ainda, aos princípios contábeis geralmente aceitos, sendo imperativo ressaltar a necessidade de considerar as características específicas da base econômica do Município, notadamente a indústria mineral, dada sua dependência das flutuações do mercado internacional, sujeita a influências externas a essa economia, com destaque para os preços das commodities:

I - das disposições preliminares;

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

II - as metas fiscais e as prioridades da Administração Pública Municipal;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária e medidas para incremento da receita;

VII - as disposições relativas à dívida pública municipal; e

VIII - as disposições finais.

CAPÍTULO II
DAS METAS FISCAIS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais para o exercício de 2025 são as constantes do Anexo I desta Lei, e poderão ser ajustadas se verificadas alterações da conjuntura internacional (economia mineral), nacional, estadual e municipal, dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, e do comportamento da execução do orçamento de 2024, além de codificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.

Art. 3º Os dispositivos nesta Lei contêm orientações especificas quanto:

I - ao equilíbrio entre as receitas e despesas municipais;

II - aos critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso XI do § 1º do art. 31 da Lei Complementar n.º101 /2000;

III - aos critérios para a recondução da dívida pública municipal caso ultrapasse os respectivos limites na forma do art. 31 da Lei Complementar n.º 101 /2000; e

IV - as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

V - as condições e exigências para transferências de recursos a entidades privadas e a pessoas físicas; e

VI - a outros critérios orientadores a elaboração e execução da movimentação orçamentária e financeira municipal.

Art. 4º Em conformidade com a Portaria STN/MF N.º 699, de 7 de julho de 2023, que aprovou a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais -MDF, integram a presente Lei os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais, compreendendo os demonstrativos a seguir:

I - metas fiscais;

II - avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

III - metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - evolução do patrimônio líquido;

V - origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos:

VI - avaliação da situação financeira e atuarial - RPPS;

VII - estimativa e compensação da renúncia de receita;

VIII - margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; e

IX - riscos fiscais e providências.

Art. 5º Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2025 serão as especificadas na Lei que instituir o Plano Plurianual para o quadriênio 2022/2025, as quais terão precedência na alocação de recursos e na sua execução, não se constituindo, todavia em obrigação ou limitação à programação das despesas.

§ 1º O Anexo de Metas e Prioridades para o exercício de 2025, a que se refere o **caput** deste artigo, será estabelecido pela Lei que instituir o Plano Plurianual 2022/2025 e sua programação constará no Projeto de Lei do Orçamento Anual.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

§ 2º Poderá ser procedida a adequação das metas e prioridades de que trata o **caput** deste artigo, se durante o período de elaboração da proposta orçamentária para 2025 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

Art. 6º As prioridades e metas definidas no Plano Plurianual para 2022/2025 de que trata o §1º do art. 5º desta Lei, serão fixadas de acordo com as macros estratégias (Plano Canaã 2035, planos setoriais, plano de governo 2021-2024, demandas sociais etc.) do Governo municipal e suas respectivas linhas programáticas - Programa de Governo que constituem as diretrizes para a Administração.

Parágrafo único. Em caso de necessidade de limitação de empenho, conforme estabelecido no art. 9º da Lei Complementar n.º 101/2000, sempre que possível, o Poder Executivo Municipal deverá ressalvar as ações que constituem metas e prioridades estabelecidas nos termos deste artigo.

Art. 7º A Lei orçamentária anual destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas no art. 5º e as seguintes diretrizes básicas relacionadas as ações de caráter continuado:

I - adequada programação dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II - atendimento a compromissos relativos ao serviço da dívida pública;

III - atendimento de despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração municipal;

IV - conservação e manutenção do patrimônio público.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

§ 1º As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2025 se verificadas, quando da sua elaboração e execução, alterações que impactem na estimativa das receitas e despesas.

§ 2º Poderão ser ajustadas as prioridades e metas do que trata o caput deste artigo se durante o período da elaboração da proposta orçamentaria para o exercício 2025 ou na sua execução, surgirem demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público ou em decorrência de Créditos Adicionais.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Seção I
Das Definições

Art. 8º Esta Lei utiliza os seguintes conceitos, conforme definições presentes na Portaria SOF/SETO/ME n.º 42, de 14 de abril de 1999:

I - função: maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor;

II - A função "Encargos Especiais" engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra;

III - subfunção: representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor;

IV - ação orçamentária: Instrumento que contribui para atender ao objetivo de um programa, podendo ser projeto, atividade ou operação especial;

V - programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual (especificamente nesse caso o PPA 2022/2025);

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

VI - projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;

VII - atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VIII - operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

IX - projeto em andamento: ação orçamentária, inclusive uma das suas unidades de execução ou etapas de investimento programado, cuja realização física prevista até o final do exercício de 2024 seja de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do total programado, independentemente da execução financeira, excluindo se, dessa regra, os projetos, inclusive suas etapas, que sejam atendidos com recursos oriundos de operações de crédito ou convênios;

X - categoria de programação: para fins de planejamento e orçamento, considera-se categoria de programação a denominação genérica que engloba função, subsunção, programa e atividade, projeto ou operação especial, e o termo ação, a que engloba as três últimas categorias;

XI - categoria de despesa: para fins de planejamento e orçamento considera-se categoria de despesa a denominação genérica que engloba categoria econômica da despesa, grupo e modalidade de aplicação;

XII - unidade gestora: aquela integrante da estrutura do respectivo órgão orçamentário, com atribuição para gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização;

XIII - unidade orçamentária: - nível intermediário da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

XIV - recursos vinculados: aqueles que tem destinação de uso específica, isto é, não podem ser utilizados em despesas diferentes do objeto para o qual foram destinados por norma constitucional ou legal;

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

XV - concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública Direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

XVI - convenente: o órgão ou a entidade - inclusive de outro ente -, e as entidades privadas com as quais a Administração Municipal pactue a execução de ações com transferência de recursos financeiros; e

XVII - anulação de despesa: Procedimento no qual se reduz, total ou parcialmente, o montante da dotação disponível de determinado subtítulo constante da LOA, de forma original ou acrescentado por crédito adicional. Os recursos que se tornam disponíveis em razão da anulação da despesa podem ser utilizados para suportar créditos adicionais, verificada a compatibilidade de fontes.

Art. 9º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sendo estas indicadas nas atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela execução da ação.

§ 1º As atividades, projetos e operações especiais serão detalhados para especificar a finalidade e os meios necessários a sua execução, devendo a programação da despesa constar na Lei Orçamentária Anual discriminadas até a modalidade de aplicação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subsunção as quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificados no Projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivas finalidades.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

Seção II

Da Estrutura dos Orçamentos

Art. 10. A Lei Orçamentária para o exercício de 2025 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com o código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subsunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa (GND), até a modalidade de aplicação (MA), tudo em conformidade com as Portaria SOF/ME N.º 2.520, de 21 de março de 2022, que divulgou a Portaria SOF/SETO/ME n.º 42, de 14 de abril de 1999, e Port. Interministerial n.º 163/2001, bem como a IN n.º 09/2023/TCM/PA, de 12 de dezembro de 2023, admitido a movimentação de crédito no mesmo grupo de natureza da despesa (GND), a ser executado através de decreto expedido pelo prefeito municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação.

Art. 11. A receita municipal será constituída:

I - dos tributos de sua competência;

II - das transferências constitucionais, legais e voluntárias;

III - das atividades econômicas que por conveniência o Município venha executar;

IV - dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública e Federal, estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e instituições Privadas Nacionais e internacionais;

V - das oriundas de serviços executados pelo Município;

VI - das cobranças de dívida ativa;

VII - da alienação de bens;

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

VIII - das oriundas de empréstimos, e financiamentos devidamente autorizados pelo Poder Legislativo;

IX - de Emendas Parlamentares em conformidade com as disposições constitucionais; e

X - outras rendas.

§ 1º A discriminação da receita será de acordo com o estabelecido na Portaria interministerial n.º 163, de 04 de maio de 2001, da SOF/SEPLAN, e concomitantemente a instrução normativa n.º 09/2023/TCM/PA, de 12 de dezembro de 2023, e alterações posteriores.

§ 2º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas à seguridade social.

Art. 12. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando as modalidades de classificação, a saber:

I - classificação Institucional:

a) poder;

b) órgão; e

c) unidade Orçamentária.

II - classificação funcional e programática:

a) unção;

b) subfunção;

c) programa; e

d) ação: projeto, atividade ou operação especial.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

§ 1º cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação de governo.

§ 2º as atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos exclusivamente para especificar as suas localizações físicas, integral ou parcial.

§ 3º cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subsunção às quais se vinculam:

I - natureza econômica:

a) categoria econômica;

b) grupo de natureza da despesa;

c) modalidade de aplicação; e

d) fonte de recursos.

§ 1º As categorias de programação a que se refere este artigo correspondem a agrupamentos de funções e subjunções, mediante a utilização dos códigos constantes do anexo da Portaria MOG n.º 42, de 14 de abril de 1999, e na IN n.º 09/2023/TCM/PA, de 07 de dezembro de 2022, bem como os programas, mediante a utilização dos códigos constantes dos anexos do Plano Plurianual 2022/2025 para o período abrangente desta Lei.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação em conformidade com a Portaria interministerial STN/SOF n.º 163, de 2001, e a IN n.º 09/2023/TCM/PA, de 12 de dezembro de 2023.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

§ 3º A categoria econômica, o grupo de natureza de despesa e a modalidade de aplicação correspondem a agrupamentos de elementos de despesa, mediante a utilização dos códigos constantes dos anexos da Portaria interministerial STN/SOF n.º 163, de 2001, bem como pela IN n.º 09/2023/TCM/PA, de 12 de dezembro de 2023 e suas alterações.

§ 4º As fontes de recursos ou destinação de uso constarão na Lei Orçamentária Anual com código próprio que as identifiquem e serão demonstradas em relatórios que correlacionem a receita à sua destinação em conformidade com as Resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará -TCM-PA, e normativos da Secretaria do Tesouro Nacional, podendo haver ajustes e alterações em decorrência da execução orçamentária do exercício.

§ 5º É facultado aos Poderes Executivo e Legislativo o desdobramento dos elementos de despesas em subelementos para fins de controles gerenciais, inclusive de custos.

Art. 13. A elaboração da Lei Orçamentária para o exercício 2025 deverá ser realizada com transparência e publicidade em observância ao art. 37 da Constituição Federal.

Art.14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na elaboração da Lei Orçamentaria Anual 2025, eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional básica do Município decorrente de alteração na legislação municipal surgida após o encaminhamento do Projeto de Lei à Câmara Municipal.

Art. 15. O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no Projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na comissão técnica a análise e votação.

Seção III

Do Projeto da Lei Orçamentária Anual

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

Art. 16. O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, autarquias e órgãos, inclusive especiais, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal e será constituído de:

I - mensagem;

II - texto da lei;

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art.165, § 5º, inciso XI, da Constituição, na forma definida nesta Lei; e

VI - informações complementares.

§ 1º os quadros e anexos orçamentários a que se referem os incisos III e IV do **caput** deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 2º, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II - quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo I da Lei n.º 4.320/1964;

III - quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação - Anexo 2 da Lei n° 4.320/1964;

IV - quadro das dotações por órgãos e autarquias da Administração Pública Municipal, indicando despesas do orçamento fiscal e da seguridade social por modalidade de aplicação, segundo os programas de governo, com os seus objetivos, detalhado por atividades, projetos e operações especiais, categoria econômica da despesa e fonte de financiamento, com a identificação das unidades orçamentárias executoras; e

V - quadros demonstrativos da despesa, na forma dos anexos n.º 6, 7, 8 e 9 da Lei n.º 4.320/1964.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

§ 2º As informações complementares a que se refere o inciso VI do caput deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e art.159 da Constituição Estadual, art. 165 da Constituição Federal e art. 5º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, são os seguintes:

I - nota explicativa com metodologia e tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

a) receita arrecadada nos três últimos exercícios àquele em que se elabora a proposta conjugada com a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta e a receita prevista para o exercício a que se refere à proposta; e

b) despesa executada nos três últimos exercícios, conjugada com a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta e a despesa fixada para o exercício a que se refere à proposta.

II - programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação, bem como a programação dos recursos decorrente da Lei n.º 14.113/2020;

III - programação referente ações e serviços públicos de saúde, evidenciando o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000, e Lei Complementar n.º 141/2012;

IV - utilização das fontes de recursos;

V - detalhamento das finalidades dos Projetos, Atividades e Operações Especiais; e

VI - demonstrativo da compatibilidade das metas programáticas, definidas na Proposta Orçamentária, com as constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias, em obediência ao inciso I do art. 5º da Lei Complementar n.º 101/2000;

§ 3º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária, dentre outras importâncias, em conformidade com a Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, conterá justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa acompanhados das seguintes informações:

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

I - a programação de gastos por unidade orçamentária para 2025;

II - a arrecadação da receita nos três últimos anos, projeção de arrecadação em 2024 e a estimada para 2025;

III - a despesa de pessoal e encargos sociais fixado para 2025, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à Receita Corrente Líquida – RCL, podendo também como instrumento de gestão de risco, apresentar demonstrativo de cálculo, considerando uma base alternativa, onde a receita corrente liquida seja esvaziada de fontes de receitas como a compensação financeira pela exploração mineral – CFEM, entre outras que possuam vínculos específicos (receita liquida disponível – RLD);

IV - memória de cálculo do montante de recursos para aplicação e desenvolvimento do ensino - MDE, a que se refere o art. 212 da CF e do montante de recursos para aplicação no FUNDEB nos termos da Lei n.º 14.113/2020; e

V - memória de cálculo do montante de recursos para aplicação em ações e serviços públicos de saúde, evidenciando o cumprimento do disposto na Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000, e Lei Complementar n° 141/2012.

§ 4º O Orçamento da Seguridade Social abrangerá os recursos e dotações destinados aos órgãos, entidades e autarquias da administração municipal, para atender as ações de saúde, previdência e assistência social, com a alocação dos recursos necessários para a execução das suas atividades:

I - aplicação em ações e serviços públicos de saúde no mínimo de 15% das receitas de impostos e transferências constitucionais decorrentes de impostos, conforme estabelecido na EC n.º 29, de 13 de setembro de 2000, e Lei Complementar n.º 141/2012.

Art. 17. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I - às ações descentralizadas de saúde, educação e assistência social;

II - ao atendimento das operações realizadas no âmbito da renegociação da dívida do Município; e

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

III - ao pagamento de precatórios judiciários.

Art. 18. Os Fundos Especiais do Município, criados na forma do disposto no art.167, inciso IX da Constituição Federal, e disposições contidas na Lei Federal n.º 4.320/1964, constituir-se-ão em Unidades Orçamentarias, vinculadas a um Órgão da Administração Municipal.

Seção IV
Dos Prazos

Art. 19. A Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), encaminhará até 31 de julho de 2024, ao Poder Legislativo, as informações básicas norteadoras para a elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal do exercício financeiro de 2025, em especial as seguintes informações:

I - demonstrativo da receita orçamentária arrecadada até junho de 2024; e

II - estimativa da receita orçamentária para o exercício 2025.

Art. 20. Para efeito da elaboração da Lei Orçamentária Anual 2025 de que trata a presente lei, o Poder Legislativo, os órgãos do Poder Executivo da administração direta e indireta, encaminharão ao órgão responsável pelo planejamento municipal, por meio de correspondência protocolada, até 15 de agosto de 2024, suas respectivas propostas orçamentárias para o exercício 2025, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

§ 1º A proposta orçamentária de que trata o caput deste artigo deverá incluir a programação constante o Projeto de Lei do Plano Plurianual PPA - 2022-2025.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

§ 2º O não cumprimento do disposto neste artigo autorizará ao Poder Executivo, pelo seu órgão do Planejamento Municipal, a definir e elaborar as propostas das unidades faltosas, e repetir o planejamento do exercício em vigência, incluindo do Poder Legislativo.

Art. 21. A Procuradoria Geral do Município encaminhará a Secretaria Municipal de Planejamento - órgão responsável pelo Planejamento Municipal - até 15 de julho de 2024, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta do projeto de lei orçamentária para o exercício 2025, conforme determina o art.100, § 5º, da Constituição Federal.

Art. 22. O Poder Executivo encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2025 ao Poder Legislativo até 30 de setembro de 2024.

Parágrafo único. Na hipótese de não devolução pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para sanção até a data fixada na Lei Orgânica do Município para o envio do Projeto de Lei do Orçamento Anual do exercício seguinte, o Poder Executivo considerará as Diretrizes e Metas Fiscais constantes do referido projeto de Lei - LDO 2025 sem prejuízo as alterações e ajustes subsequentes.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Diretrizes Gerais

Art. 23. Na elaboração, aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício financeiro de 2025, o Município buscará a obtenção dos resultados previstos nos anexos de Metas Fiscais estabelecidas nesta Lei.

Art. 24. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

Parágrafo único. De acordo com o inciso I do art. 29-A da Constituição Federal (Emenda Constitucional n.º 58, de 23 de setembro de 2009) o percentual destinado ao Poder Legislativo de Canaã dos Carajás é de 7% (sete por cento).

Art. 25. De acordo com o art. 29 da Constituição Federal no seu inciso VII, o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.

Art. 26. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2025 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, unidade, universalidade e anualidade, permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. O Poder Executivo realizará audiências públicas durante a elaboração da Proposta Orçamentária, e o Poder Legislativo durante a apreciação, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar n.º 101/2000 e art. 44 da Lei Federal n.º 10.257 de 10 de julho de 2001.

Art. 27. O Poder Legislativo terá como limites de empenho de despesas o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária do exercício de 2025.

Art. 28. O Chefe do Poder Executivo e poderá, nos termos do art. 7º, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 mediante Decreto:

I - realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de total ou parcialmente, de recursos das dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2025, e em crédito

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

adicional suplementar, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação, desmembramento de órgãos e entidades, o excesso de arrecadação do exercício, realizado e projetado, como também o superávit financeiro - se houver, do exercício anterior, bem como da necessidade de alterações no Programa de Trabalho constante na Lei Orçamentária Anual;

II - realizar desdobramento de fontes, respeitando a mesma modalidade de aplicação de um Projeto e Atividade, para atender a ações de programas especiais, convênios, educação, saúde, assistência social e demais funções de governo; e

III - incluir ou alterar elemento de despesa na mesma categoria econômica e modalidade de aplicação em ações – projetos- atividades ou operações especiais - constantes da Lei Orçamentária Anual e de seus créditos adicionais, respeitando os objetivos dos mesmos.

Parágrafo único. A inclusão de fonte de recursos no valor do projeto, atividade ou operação especial, contemplados nesta Lei e em seus créditos adicionais, será realizada mediante abertura de crédito suplementar, através de ato do chefe do Poder Executivo, até o limite previsto na lei.

§ 1º a alteração prevista no inciso I deste artigo quando executada mediante abertura de créditos adicionais suplementares, observará os limites autorizados na Lei Orçamentária Anual e lei específica, que será de até 80% (oitenta por cento), do total da despesa fixada na própria Lei.

§ 2º A movimentação de crédito no mesmo Grupo de Natureza da Despesa (GND), de um elemento econômico para outro, ou de uma Fonte de Recurso para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais não computará o limite previsto

§ 3º a inclusão ou modificação decorrente do disposto no inciso III deste artigo poderá resultar em alteração dos valores aprovados na Lei Orçamentária Anual, ocorrendo ajuste na classificação funcional.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

§ 4º A dotações orçamentárias de fontes vinculadas que durante a execução do orçamento sejam considerados prescindíveis poderão ser anulados com a finalidade de servir à abertura de créditos adicionais, nos temos do art. 43, § 1º, III, da Lei Federal n.º 4.320, de 1964, respeitada as determinações do art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 29. A Chefe do Poder Executivo Municipal poderá firmar contratos de rateio com consórcios públicos dos quais o Município seja partícipe, em conformidade com legislação municipal e observado o regramento da Lei Federal n.º 11.107/2005.

Art. 30. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 31. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas em desacordo com o estabelecido nas normas legais, em especial a Lei Federal n.º 4.320/1964 e Lei Complementar n.º 101 /2000.

Art. 32. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operação de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 168, § 2º da Constituição Federal e observado as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar n.º 101/2000 e conforme determina o art. 7º, I da Resolução n.º 43 do Senado Federal e suas Alterações.

Art. 33. O Município deverá investir prioritariamente em projetos e atividades voltados ao fomento da economia industrial, comercial, agrícola, além de atividades voltadas a infância, adolescência, idosos, mulheres e gestantes buscando o atendimento universal à saúde, assistência social e educação, visando melhoria da qualidade dos serviços.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

Art. 34. A Lei Orçamentária Anual autorizará a realização de programas de apoio e incentivo às entidades estudantis, destacadamente no que se refere à educação, cultura, turismo, meio ambiente, desporto e lazer e atividades afins, bem como para a realização de convênios, contratos, pesquisas, bolsas de estudo e estágios com escolas técnicas profissionais e universidades.

Art. 35. A concessão de auxílios e subvenções dependerá de autorização legislativa através de lei especial.

Art. 36. Os recursos somente poderão ser programados para atender despesas de capital, exceto amortizações de dívidas por operações de crédito, após deduzir os recursos destinados a atender gastos com pessoal e encargos sociais, com serviços da dívida e com outras despesas de custeio administrativos e operacionais.

Seção II
Dos Débitos Judiciais

Art. 37. A Lei Orçamentária para o exercício de 2025 incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda.

Art. 38. Para fins de acompanhamento, controle e segurança dos pagamentos, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações baixadas por aquela unidade.

Seção III
Das Vedações

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

Art. 39. Não poderão ser destinados na Lei Orçamentária Anual recursos para atender, direta ou indiretamente, despesas com:

I - ações que não sejam de competência exclusiva do Município, ou com ações em que não haja lei específica:

a) clubes, associações ou quaisquer outras entidades congêneres; e

b) dotações a título de auxílios ou subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas em lei específica e aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada nas áreas da saúde, assistência social, educação, esporte e cultura (centro de convivência de idosos, centros comunitários, unidades de apoio a gestantes, unidade de recuperação de toxicômanos e outras entidades com finalidade de atendimento às ações de assistência social), de acordo com o §§ 2º e 3º, I, do art.12 da Lei Federal n.º 4.320/1964.

Art. 40. A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotações para compor a contrapartida de despesas financiadas por recursos vinculados, convênios e outros, estando identificadas por fonte de recurso distinta.

Art. 41. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Seção IV
Das Transferências a Instituições Privadas

Art. 42. A transferência de recursos a instituições privadas e sem fins lucrativos, somente será permitido a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios, desde que desempenhe atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e/ou esporte que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e reconhecidas de utilidade pública por lei municipal;

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, art.16 e seguintes da Lei n.º 4.320/1964, arts. 25 e 26 da Lei Complementar n.º 101/2000, Lei Federal n.º 8.742/1993, bem como ao disposto na Lei Federal n.º 13.019/2014:

III - sejam signatárias de contrato de gestão com a administração pública municipal; e

IV - sejam qualificadas como organizações sociais de interesse público em conformidade com a Legislação Federal, Estadual e Municipal.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais a entidade privada sem fins lucrativos deverá estar em atendimento a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 2º O Projeto que destinar recursos às subvenções sociais, deverá mencionar em seu detalhamento a relação das entidades beneficiadas, bem como os valores limites destinados à cada uma delas, devendo estar condicionada às observâncias dispostas nas normas legais e regramento estabelecido em Resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

§ 3º Os repasses de recursos a título de subvenção social serão efetivados mediante celebração de convênio e em atendimento ao determinado nas normas vigentes, em especial a Lei Complementar n.º 101/2000, Lei Federal n.º 8.666/1993 e Resoluções do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

§ 4º A concessão de recursos a título de auxílio para cobrir necessidades de pessoas físicas, conforme art. 26 da LC 101/2000 deverá obedecer a as disposições contidas em lei específica que vier a instituí-lo.

Seção V
Das Modificações do Projeto da Lei Orçamentária

Art. 43. As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

I - na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município; e

II - acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

Art. 44. Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com a Lei Orgânica Municipal, o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos; e

b) serviço da dívida.

III - sejam relacionadas com:

a) a correção de erros ou omissões; ou

b) os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar como parte da justificativa:

I - no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da lei orçamentária;

II - no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de que não inviabilizarão as atividades de natureza operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida;

III - em relação a alterações das categorias de programação e grupo de despesa dos projetos originais, indicar o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, identificando cada uma das dotações modificadas com a indicação das alterações atribuídas;

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

IV - as inclusões de novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados na Lei de Orçamento, com indicação das fontes financiadoras e as denominações atribuídas; e

V - quadro demonstrativo da manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas e a correspondência das fontes de recursos.

§ 2º É vedada a inclusão de emendas ao Projeto de Lei do Orçamento que em suas alterações anulem dotações provenientes:

I - de precatórios judiciais, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação -FUNDEB;

II - do limite mínimo para área do ensino, exigido pela Constituição Federal;

III - de receitas vinculadas a finalidades específicas, tais como a convênios, execução de programas especiais e operações de créditos;

IV - de receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos e autarquias;

V - do limite mínimo para área de saúde, estipulada pela Emenda Constitucional n.º 29; e

VI - de contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município.

§ 3º Serão nulas e não conhecidas, as emendas propostas que não atenderem as especificações contidas neste artigo.

§ 4º A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará em indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária Anual.

§ 5º O Poder Executivo fará publicar no Diário Oficial do Município as propostas de emendas e justificativas pertinentes apresentadas pelo Poder Legislativo, como também o veto e respectivas razões se forem o caso.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

Art. 45. A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, poderá ser admitida, observadas as disposições Constitucionais e esta Lei.

Art. 46. O Poder Executivo poderá enviar Mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação no Projeto de Lei Orçamentaria enquanto não aprovação pela Comissão Técnica prevista na Lei Orgânica Municipal.

Seção VI
Da Reserva de Contingência

Art. 47. A Lei Orçamentária conterá no orçamento fiscal reserva de contingência, em montante correspondente a no mínimo 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida projetada para o exercício financeiro de 2025, em consonância ao art. 5º da Lei Complementar n.º 101/2000, constituindo-se de dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa conforme art. 91 do Decreto Lei n.º 200/1967, cujos recursos serão utilizados como para:

I - atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, preferencialmente os passivos referentes às obrigações aos gastos com pessoal; e

II - abertura de créditos adicionais para dotações não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento ou para complementação do Orçamento do Poder Legislativo caso tenha sido estimado em valor inferior ao devido.

Seção V
Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 48. Os créditos adicionais serão abertos em conformidade aos preceitos estabelecidos nos arts. 40 a 43 da Lei n.º 4.320/1964, arts. 165 e 167 da Constituição Federal.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

Parágrafo único. Os créditos adicionais autorizados e as alterações do quadro do detalhamento de despesas, alterações do orçamento analítico, serão editados mediante decreto do poder executivo.

Art. 49. Fica o Poder Executivo autorizado:

I - abrir créditos suplementares até o limite de 80% que será estabelecido na Lei Orçamentária Anual 2025 em conformidade com aprovação pelo Poder Legislativo Municipal;

II - abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, individualizados por fonte de recursos, até o limite apurado;

III - abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro, individualizados por fonte de recursos, até o limite apurado conforme Balanço Patrimonial do exercício anterior; e

IV - realizar operações de crédito por antecipação de receitas até o limite estabelecido na forma e condições da Legislação pertinente.

Parágrafo único. A movimentação de crédito no mesmo Grupo de Natureza da Despesa (GND), de um elemento econômico para outro, ou de uma Fonte de Recurso para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais não computará o limite previsto no inciso III do § 1º do art. 28 desta lei.

Art. 50. O Chefe do Poder Executivo e o Chefe do Legislativo nos termos do inciso IV do art. 84 da Constituição Federal poderão mediante Decreto:

I - aditar ao Orçamento do Município, durante a respectiva execução, as ações não programadas no orçamento, desde que sejam compatíveis com o Plano Plurianual;

II - transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 e créditos adicionais, seja em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, ou seja,

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

sucinta, o interesse público subjacente à implementação dos Programas Sociais de Aquisição de Alimentos e as razões que levaram ao encaminhamento do presente projeto de lei, para, em regime de urgência, análise e votação desta altiva Câmara Municipal.

São estas as considerações no tocante ao Projeto de Lei, ao qual esperamos que seja acolhido e aprovado por essa egrégia Casa de Leis.

Na oportunidade apresento protestos de elevada estima e distintas considerações e apreço.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS-PA, em 30 de abril de 2024.

JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA:76902595453

Assinado de forma digital por JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA:76902595453
Dados: 2024.04.30 12:35:14 -03'00'

JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA
Prefeita do Município de Canaã dos Carajás-PA

pela necessidade de alterações no Programa de Trabalho das unidades orçamentárias, mediante créditos adicionais nos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual ou lei específica;

III - realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro nos termos do inciso VI, do art.167 da Constituição Federal;

IV - realizar desdobramento de elementos de despesas e fontes de recursos no Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD para atender as necessidades da correta classificação dos gastos decorrentes da execução das ações de governo;

V - incluir ou alterar categoria econômica e grupo de natureza da despesa em ações - projeto, atividade ou operação especial - constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, respeitando o objetivo dos mesmos; e

VI - alterar o Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD no decurso do exercício financeiro para atender as necessidades de execução orçamentária, respeitando sempre, os valores dos respectivos grupos de despesas, as modalidades de aplicação e fonte de recursos estabelecidos na Lei Orçamentária e seus créditos adicionais regularmente abertos.

§ 1º Não caracterizam infringência ao inciso VI do art. 167 da Constituição Federal as alterações promovidas no Plano de Trabalho, através de créditos adicionais, bem como a descentralização de créditos orçamentários para a execução de ações pertencente a unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º As modificações decorrentes do disposto no inciso II deste artigo poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2025 ou em créditos adicionais.

Art. 51. A abertura de créditos adicionais e extraordinários, se necessários, serão efetuadas conforme o estabelecido na Constituição Federal e Lei n.º 4.320/1964.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

Seção VIII

Da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 52. Caso o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro 2025 não for aprovado pelo Poder Legislativo e sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2024, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal, e encargos sociais;

II - pagamento de benefícios previdenciários;

III - amortização e encargos da dívida;

IV - investimentos em continuação de obras de ações em saúde,

V - educação, assistência social, saneamento básico e serviços essenciais;

VI - utilização de recursos de fontes vinculadas, em suas finalidades específicas, limitado ao valor conveniado, acordado ou efetivamente ajustado e em conformidade com o cronograma de execução financeira estabelecido nos referidos instrumentos;

VII - contrapartidas de convênios;

VIII - utilização de recursos ordinários (não vinculados) do Tesouro Municipal à razão de 1/12 (um doze avos) por mês do valor orçado para as ações destinadas a manutenção básica dos serviços municipais; e

IX - em caso de rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária, a Lei aprovada deverá garantir os recursos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

Seção IX

Controle de Custos e Avaliação de Resultados

Art. 53. O Poder Executivo poderá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

Parágrafo único. O Poder Executivo através dos seus órgãos municipais de planejamento, controladoria, administração, finanças e afins, elaborará normas de procedimentos para o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com os recursos dos orçamentos.

Seção X
Limitação de Empenhos

Art. 54. Ocorrendo necessidade da limitação do empenho, nos termos previstos no art. 9º da Lei Complementar n.º 101/2000, o contingenciamento será feito de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras de cada Poder do Município.

§ 1º Na hipótese da ocorrência do disposto no **caput** deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º O chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo § 1º deste artigo, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

§ 3º Na hipótese da ocorrência de calamidade pública reconhecida pela Assembleia Legislativo no disposto art. 65 da Lei Complementar n.º 101/2000 fica o Poder Executivo dispensado do comprimento o quanto estabelecido nos arts. 8º e 9º da citada Lei.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

Art. 55. Para os fins do disposto no **caput** do art.169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, observará os limites estabelecidos na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 56. Fica assegurado à revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos municipal em conformidade com o art. 37, X da Constituição Federal, que deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes da Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. A recomposição dos vencimentos e proventos dos servidores públicos municipais, pertencentes aos quadros de pessoal estatutário e celetista ficam condicionados conforme disposto no art.169, § 1º, incisos I e XI da Constituição Federal, sem prejuízo do disposto nos arts. 18, 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101/2000, observado os arts. 6º, 37, 198 e 206 da Constituição Federal e Legislação Federal específica em vigor.

Art. 57. A atualização e criação de planos de cargos e salários, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, serão mediante lei específica e deverão ser acompanhados de justificativas e estudos de impactos financeiro-orçamentário.

Art. 58. Observado o disposto nos arts. 37 e 169 da Constituição Federal, os atos de provimento em cargos públicos ou contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, que implicarem em aumento de despesa de pessoal, deverão observar o seguinte:

I - obedecer a Lei específica de contratação temporária;

II - se existem cargos e empregos públicos vagos a preencher; e

III - se houve prévia dotação orçamentária suficiente para atender a despesa.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

Art. 59. Para a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, exceto no caso previsto no art. 63 da Lei Orgânica do Município de Canaã dos Carajás, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de assistência social, educação saúde e àqueles que estejam em situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no parágrafo primeiro, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Art. 60. As despesas decorrentes de contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, de acordo com o § 1º do art.18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e àqueles referentes a ressarcimento de despesa de pessoal requisitado, serão contabilizadas como outras despesas de pessoal e computadas no cálculo do limite de que trata o art. 100 da presente Lei.

§ 1º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de terceirização que tenham por objeto a execução indireta de atividades que preencham simultaneamente as seguintes condições:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal e regulamentar do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos e vencimentos do quadro de pessoal do Órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria em extinção; e

III - não caracterizem relação direta de emprego.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

§ 2º Para os efeitos deste artigo, não serão considerados os contratos de terceirização de mão de obra para execução de serviços de limpeza, vigilância e segurança patrimonial e outros de mesma natureza, desde que as categorias funcionais específicas existentes no quadro de pessoal do órgão ou entidade sejam remanescentes de fusões institucionais ou de quadros anteriores, não comportando a existência de vagas para novas admissões ou contratações.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E MEDIDAD PARA INCREMENTO DE RECEITAS

Art. 61. Em caso de necessidade, o Poder Executivo submeterá à apreciação da Câmara Municipal projetos de Lei dispondo sobre a alteração na legislação tributária municipal e adequá-las às normas federais e estaduais.

Art. 62. Ocorrendo modificações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem alteração em relação à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício 2025, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.

§ 1º A atualização a que se refere este artigo implicará na revisão e regularização do Código Tributário Municipal.

§ 2º As alterações previstas neste artigo, também implicarão na modernização da máquina fazendária com o objetivo de aumentar a arrecadação própria, a produtividade e evitar a sonegação fiscal.

§ 3º O Poder Executivo, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, cultural e incremento da receita tributária, poderá desenvolver projetos de incentivos ou benefícios de

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

natureza tributária como instrumento fiscal, distribuição de brindes como incentivo a arrecadação municipal e a execução permanente de programa de fiscalização.

§ 4º Os esforços para incremento da arrecadação se estenderão à administração e à cobrança da dívida ativa, inclusive, através da negativação do contribuinte devedor junto aos serviços de proteção ao crédito e protesto de título.

§ 5º Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante ato do Poder Executivo, devidamente precedido de Parecer da Procuradoria Municipal, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art.14, § 3º, XI, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

§ 6º A Câmara Municipal apreciará as matérias que lhe sejam encaminhadas até o encerramento do segundo período legislativo, a fim de permitir a sua vigência no exercício subsequente, em obediência ao princípio da anterioridade.

Art. 63. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação no Poder Legislativo, de valores aprovados em lei específica de operação de credito, bem como cadastro e/ou saldo de empenhos de Convênios com a União e Estado.

Art. 64. O incremento da receita tributária deverá ser buscado mediante o aperfeiçoamento da legislação específica, a constante atualização do cadastro de contribuintes, utilização da tecnologia da informação como instrumento fiscal e a execução permanente de programa de fiscalização.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar parcerias com empresas prestadoras de serviços públicos detentoras de cadastros de contribuintes com a finalidade de atualização do

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

cadastro, bem como para fins de inscrição de créditos tributários e não tributários provenientes da Dívida Ativa Municipal e demais créditos vencidos, com a consequente negativação dos cadastros dos contribuintes inadimplentes, bem como a cessão, para cobrança, da dívida ativa a instituições financeiras em conformidade com a Resolução n.º 33 de 13/06/2006 do Senado Federal, desde que respeitados os limites e condições estabelecidos pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, e pelas Resoluções n.º 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

Art. 65. O Poder Executivo Municipal, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, cultural e arrecadatório, poderá desenvolver projetos de incentivos, concessão de prêmios e benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados em lei específica.

Art. 66. O Poder Executivo Municipal, mediante lei específica, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal e tributário com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, arrecadatório ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, cuja renúncia de receita, se necessário, poderá alcançar os montantes dimensionados na referida Lei.

Art. 67. O ato que conceder, prorrogar ou ampliar incentivo, isenção ou benefício fiscal obedecerá ao quanto estabelecido no art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2000.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICPAL

Art. 68. A Lei Orçamentária garantirá dotações especificas consignadas para pagamento das despesas decorrentes dos débitos financiados e refinanciados identificados na forma do art. 29 da Lei Complementar n.º 101/2000.

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

II - ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;

III - aos gastos de pessoal e encargos sociais; e

IV - à administração e gestão financeira.

Art. 73. Os preços estimados para a Proposta Orçamentária do exercício 2025 terão como base a projeção da média mensal da execução da receita e despesa calculada sobre o período compreendido entre janeiro de 2024 a 30 de junho de 2024, podendo ser atualizados com a utilização do índice oficial de inflação para o mesmo período.

Art. 74. A lei orçamentária anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de Parcerias Público-Privadas, reguladas pela Lei Federal n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2005, Lei Municipal n.º 925, de 21 de dezembro de 2020 e alterações, bem como de consórcios públicos, regulados pela Lei Federal n.º 11.107, de 6 de abril de 2005 e alterações.

Art. 75. Poderá o Chefe do Poder Executivo Municipal firmar convênios e parcerias com outros Entes da Federação, se de interesse do Município, podendo inclusive contribuir para o custeio de sua competência, com a devida previsão na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o art. 62 da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 76. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênios e Parcerias com Ministérios, Secretarias Nacionais e/ou Estaduais, Fundações, Fundos, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Entidades de Personalidade Jurídica de Direito Privado no âmbito Federal, Estadual e Municipal que venham proporcionar no Município, desenvolvimento econômico, social, urbano ou de planejamento desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira para satisfazer as obrigações de contrapartida da execução dos mesmos.

Art. 77. A programação constante de Lei Orçamentária Anual 2025 quanto a utilização de recursos vinculados, poderá ser executada em suas finalidades, limitado ao valor conveniado, acordado ou

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

Parágrafo único. Serão considerados no grupo da dívida consolidada todos os contratos, acordos ou ajustes firmados pelo Município para a regularização de débitos de exercícios anteriores contraídos, pelo não pagamento de encargos sociais e tributos federais, bem como os oriundos das concessionárias de serviços públicos.

Art. 69. O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita, recursos provenientes de operações de crédito, respeitado os limites estabelecidos no art.167, inciso III da Constituição Federal, as disposições contidas nos arts. 32 a 37 da Lei Complementar n.º 101/20000 e conforme disposto no art. 30, II, da Resolução n.º 40, de 20/12/2001 do Senado Federal.

Art. 70. As despesas com pagamento de precatórios judiciários correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades especificas.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 71. Os Poderes Executivo e Legislativo deverão elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2025, a programação financeira e o cronograma de execução de desembolso em atendimento ao art. 8º da Lei Complementar n.º 101/2000.

Parágrafo único. São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 72. A gestão fiscal das finanças municipais far-se-á mediante a observância de normas estabelecidas na Constituição Federal, na Lei Complementar n.º 101/2000 e outros dispositivos legais quanto:

I - ao endividamento público;

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

efetivamente ajustado e em conformidade com o cronograma financeira estabelecido em instrumentos contratuais.

Art. 78. As despesas com publicidade de interesse do Município correspondem aos gastos necessários à divulgação institucional, de investimentos, de serviços públicos, bem como de campanhas de natureza educativa, informativa e/ou preventiva.

Art. 79. As emendas ao projeto de lei orçamentária obedecerão ao disposto no art.166, § 3º, da Constituição Federal e Lei Orgânica do Município.

Art. 80. Quando da elaboração e envio do Projeto da Lei Orçamentária de 2025 o Poder Executivo revisará e atualizará os anexos de metas e riscos fiscais de acordo com os parâmetros macroeconômicos conhecidos naquela oportunidade.

Art. 81. Em observância ao princípio da publicidade, de forma a promover a transparência da gestão fiscal e permitir o amplo acesso da sociedade a todas as informações, o Poder Executivo divulgará, no sítio da Prefeitura Municipal, o Projeto de Lei e a Lei Orçamentária de 2025 e os respectivos anexos.

Art. 82. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS-PA, em 30 de abril de 2024.

JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA:76902595453

Assinado de forma digital por JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA:76902595453
Dados: 2024.04.30 12:37:09 -03'00'

JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA
Prefeita do Município de Canaã dos Carajás-PA

RUA AMÉRICA, QD.78, BAIRRO NOVO HORIZONTE III
CANAÃ DOS CARAJÁS - PA
CEP: 68.537-000
E-MAIL:SEGOV@CANAADOSCARAJÁS.PA.GOV.BR

MENSAGEM DE JUSTIFICATIVA

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente,
E por sua digna mediação, aos demais vereadores.

Nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Município de Canaã dos Carajás, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o incluso texto do Projeto de Lei (PL) que "Dispõe Sobre as Diretrizes Gerais Para a Elaboração da Lei Orçamentária do Exercício de 2025 e dá Outras Providências. "

Preliminarmente convém destacar que a sistemática de planejamento contempla três instrumentos legais para disciplinar a utilização dos recursos públicos, quais sejam o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, consoante preceitos constitucionais vigentes (art. 165 da CF).

Esta proposição tem por objetivo estabelecer as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei orçamentária anual - LOA referente ao exercício de 2025, em estrita observância aos preceitos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município de Canaã dos Carajás-PA. Abrange, as metas e prioridades da administração municipal, a organização e estrutura dos orçamentos, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento, bem como as disposições relativas às despesas de pessoal e as disposições sobre alterações na legislação tributária.

Portanto, submeto a esta ilustre Casa o Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias para o exercício fiscal de 2025, acompanhado de seus respectivos anexos, em estrita observância e respeito às legislações vigentes e às diretrizes estabelecidas pelos órgãos normativos. Este planejamento se pauta pela busca da austeridade na manutenção do equilíbrio fiscal, sem descurar do desenvolvimento e implementação das políticas públicas, particularmente aquelas voltadas para os mais desfavorecidos.

Face ao exposto e considerando os fundamentos constitucionais e infraconstitucionais elencados alhures, pode-se afirmar que estão expostas, ainda que de forma

sucinta, o interesse público subjacente à implementação dos Programas Sociais de Aquisição de Alimentos e as razões que levaram ao encaminhamento do presente projeto de lei, para, em regime de urgência, análise e votação desta altiva Câmara Municipal.

São estas as considerações no tocante ao Projeto de Lei, ao qual esperamos que seja acolhido e aprovado por essa egrégia Casa de Leis.

Na oportunidade apresento protestos de elevada estima e distintas considerações e apreço.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS-PA, em 30 de abril de 2024.

JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA:76902595453

Assinado de forma digital por JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA:76902595453
Dados: 2024.04.30 12:35:14 -03'00'

JOSEMIRA RAIMUNDA DINIZ GADELHA
Prefeita do Município de Canaã dos Carajás-PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

ANEXOS DA
LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS
2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

ANEXO I

RISCOS FISCAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2025

Apresentação

Os riscos fiscais, conforme o § 3º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), referem-se à avaliação dos passivos contingentes e outros riscos que podem afetar as contas públicas. A LRF exige que a lei de diretrizes orçamentárias inclua um Anexo de Riscos Fiscais, detalhando as providências a serem tomadas caso esses riscos se concretizem. Este anexo é fundamental para a transparência e a gestão responsável das finanças públicas, permitindo que governos planejem ações preventivas ou corretivas em relação às incertezas fiscais.

Conforme a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios – MDF, os riscos orçamentários se referem à possibilidade de as obrigações explícitas diretas sofrerem impactos negativos devido a fatores como a não realização das receitas previstas ou a necessidade de despesas que não foram inicialmente fixadas ou orçadas adequadamente. Por outro lado, as obrigações explícitas contingentes são compromissos do governo que dependem da ocorrência de eventos futuros para gerar pagamentos.

Estimar esses passivos é desafiador devido à incerteza sobre a ocorrência desses eventos e a magnitude das despesas associadas. Exemplos incluem demandas judiciais contra o Estado, despesas relacionadas a passivos trabalhistas, etc. Além disso, existem obrigações implícitas diretas, como os compromissos de longo prazo com os reflexos das revisões salariais, aposentadorias e pensões, e obrigações implícitas contingentes, que surgem de objetivos políticos declarados, cuja estimativa é ainda mais difícil devido à incerteza econômica e financeira.

No contexto específico do município de Canaã dos Carajás, os riscos estão associados às demandas decorrentes do intenso fluxo migratório, que constantemente pressionam os recursos disponíveis e as políticas públicas, resultando em aumento dos gastos públicos, especialmente nas áreas de saúde e educação, que são as primeiras a serem afetadas. Além disso, os riscos relacionados à arrecadação estão ligados a eventos imprevistos e discrepâncias entre projeções econômicas e valores reais durante a execução do orçamento. Destaca-se ainda os efeitos sazonais da economia da indústria mineral, e a partir de 2025, os reflexos da alteração na legislação estadual pela publicação da Lei Ordinária nº 10310/2023, que modificou os critérios de participação na receita do ICMS, impactando diretamente os municípios mineradores.

A principal fonte de recursos do orçamento do município de Canaã dos Carajás é a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Devido à sua dependência de fatores externos, como a operação da indústria, taxas de câmbio e preços de commodities (especialmente influenciados pela demanda e regulamentações governamentais, principalmente chinesas), a arrecadação da CFEM é diretamente afetada. Dado esse cenário, e considerando a relevância da CFEM para o orçamento municipal, financiando várias políticas públicas e investimentos, o município não possui controle direto sobre sua arrecadação. Portanto, são realizados diversos

mecanismos de monitoramento durante a execução orçamentária, especialmente observando as apurações mensais da arrecadação.

Em suma, o demonstrativo de riscos fiscais, e suas devidas providencias para 2025, traz as principais fontes de receitas que podem oferecer um risco de performasse de arrecadação. O anexo de riscos fiscais tem por finalidade evidenciar a possibilidade de concretização de eventos incertos, capazes de afetar o equilíbrio fiscal do municipio, bem como, serve de instrumento de governança. Possibilita também o planejamento da gestão fiscal e financeira do município, com as devidas estratégias de enfrentamento dos riscos na hipótese de eventual evento, e possíveis frustações de receita (esse último é o principal fator que demanda atenção no caso da peculiar base econômica do município de Canaã dos Carajás).

Com relação aos débitos provisionados pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) a título de precatório, não serão lançados nos demonstrativos, pois segundo orientação do MDF 14ª edição, as responsabilidades financeiras diretas do governo, incluindo os pagamentos de precatórios judiciais, devem ser identificadas, quantificadas e consideradas como despesas no orçamento anual, não representando, portanto, riscos fiscais. Por serem compromissos já alocados no orçamento, os precatórios não se encaixam na definição de risco fiscal, conforme especificado no parágrafo 5º do artigo 100 da Constituição Federal, assim descrito:

> "É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciários apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente." (BRASIL, 2000).

Portanto como já dito anteriormente os perigos orçamentários, dizem respeito à chance de as obrigações explicitamente definidas serem afetadas negativamente por eventos como a não concretização das receitas projetadas ou a necessidade de despesas que não foram inicialmente planejadas ou orçadas de maneira adequada. E essas possibilidades estão sendo devidamente mensuradas no demonstrativo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2025

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	R$ 10.000.000,00	uso da reserva de contingência	R$ 10.000.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
Sub total	**R$ 10.000.000,00**	**Sub total**	**R$ 10.000.000,00**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de arrecadação. • fonte de receita da CFEM • fonte de receita ICMS: os impactos na arrecadação do ICMS refletidos pela Lei nº 10310/2023, já estão dimensionadas nas reestimativas de arrecadação para o ano de 2025.	R$ 300.000.000,00	a) Uso da reserva de contingência (art. 47 da LDO); b) e acionamento do dispositivo de contingenciamento da despesa orçamentaria (art. 54 da LDO)	R$ 300.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
sub total	**R$ 350.000.000,00**	**Sub total**	**R$ 350.000.000,00**
TOTAL	**R$ 360.000.000,00**	**TOTAL**	**R$ 360.000.000,00**

Fonte: Previsão de Receita - PPA 2022-2025, Revisões SEPLAN - Setor de Orçamento - 03/04/24 as 16h

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

ANEXO II

METAS FISCAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II

METAS FISCAIS

Apresentação

O Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025, foi elaborado atendendo os requisitos conforme disposto no § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, elaborado de acordo com o § 2º do art. 1º da LRF, e as atualizações da 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios - MDF, abrangendo tanto o Poder Executivo quanto os Poderes Legislativo.

O Anexo de Metas Fiscais abrange os órgãos da Administração Direta, e entidades da Administração Indireta, constituídas pelas autarquias, fundações, fundos especiais. Conforme a 14ª edição Manual de Demonstrativos Fiscais Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios - MDF, e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, os Anexo de Metas Fiscais, serão estabelecidas "as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes".

A fim de dar cumprimento ao preceito da LRF, o Anexo de Metas Fiscais (MDF) são compostos pelos seguintes demonstrativos:

a) Demonstrativo 1 – Metas Anuais;

b) Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

c) Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

d) Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;

e) Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

f) Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

g) Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

h) Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

A formulação das projeções de receita, que servem como base para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 e seus períodos subsequentes, foi conduzida de maneira embasada em dados históricos e com rigor analítico. Foram considerados os fatores sazonais que impactaram o desempenho das fontes de receita, com especial atenção aos movimentos econômicos decorrentes dos projetos da indústria mineral. Durante determinadas fases, como a instalação desses projetos, ocorreram variações nos elementos geradores de receita. Essas variações foram temporárias e não refletem o padrão regular de crescimento de algumas receitas. Após a análise histórica detalhada,

utilizou-se a base de arrecadação projetada para 2024 como ponto de partida. Essa estimativa foi baseada na série histórica de receitas dos exercícios anteriores.

Para projetar as receitas dos anos subsequentes (2025, 2026, 2027), adotam uma abordagem abrangente, considerando diversos fatores relevantes, tais como:

- Crescimento do PIB: as taxas de crescimento previstas para o PIB do Pará e do Brasil, como indicadores da performance econômica estadual e nacional, foram incorporadas às projeções;
- Inflação: a estimativa da inflação (IPCA), divulgada pelo Banco Central através do Relatório de Inflação - edição de março de 2024, também foi utilizada para ajustar os valores projetados, assegurando que a receita acompanhe a variação do poder de compra da moeda. As previsões sobre a inflação são mostradas em diferentes cenários, levando em conta certas variáveis econômicas. Tipicamente, essas variáveis incluem as tendências da taxa de câmbio e da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) durante o período de projeção;
- Tendências macroeconômicas: avaliação de possíveis cenários econômico global, a partir do setor mineral, incluindo indicadores para o mercado de comodities - especialmente para o minerio de ferro -, a partir da demanda e oferta, e as projeções de mercado.
- Ciclos de produção e investimentos para os projetos Sossego e S11d: considerou os ciclos de produção e investimentos, projetados pela Vale para os dois empreendimentos no periodo.
- Políticas fiscais estadual: analises nas mudanças das políticas tributárias, incentivos fiscais, e regulamentações que podem afetar a arrecadação do Estado do Pará.

Ao combinar esses elementos, a metodologia empregada no PLDO 2025, busca proporcionar projeções de receita com fatos geradores intrinsicamente ligados a esses fatores, especificamente na arrecadação da União e do Estado do Pará. Servindo assim como uma base mais consistente possivél para o planejamento orçamentário do municipio nos próximos anos.

As projeções relacionadas ao Estado do Pará, foram utilizados indicadores macroeconômicos do Relatorio PIB do Pará 2021[1], divulgados pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA, (mais atual), a 5ª edição do relatorio Pará em Números[2], bem como as premissas da LDO Estadual de 2024.

Contudo, dados mais atualizados do Pará serão expostos na entrega da LDO/2025 pelo Governo Estadual, mais infelizmente, devido o prazo de publicação do projeto de lei estadual coincidir com o prazo máximo regimental do municipio – 30/04/24, a temporalidade dos prazos, não permite o planejamento municipal utilizar essas informações mais atualizadas. De todo modo, na formulação da PLOA/2025 numa possível alteração na perspectiva de arrecadação do Estado que essa venha impactar - positivamente e/ou negativamente - as previsões de participação do municipio, com relações as transferências Constitucionais obrigatórias pelas fontes de receitas - ICMS, IPVA, IPI, CIDE – os devidos ajustes serão realizados.

[1] Relatório do PIB do Pará – 2021: https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/Relatorio-PIB-do-Para-2021.pdf

[2] Pará em Números: https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/1.-Para-em-Numeros-2023-FINAL-2.pdf

O índice do IPCA acumulado, refletirá diretamente na maior despesa do orçamento municipal que é a despesa de pessoal, quando da revisão geral anual que ocorrerá na data base – janeiro/2025.

As projeções do IPCA se basearam na meta do Governo Federal, conforme extraído da PLDO para 2025 da União. Porém, leva-se em conta também os dados divulgados pelo Comitê de Política Monetária (Copom) - órgão do Banco Central do Brasil, publicada no Relatório de Inflação de março de 2024[3], onde traz à relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Segundo o boletim, em termos de probabilidades estimadas de a inflação ultrapassar os limites do intervalo de tolerância, com projeções superiores à meta, "... *as probabilidades de ultrapassar o limite superior são maiores do que as de ultrapassar o limite inferior.*". Variação de ~ 3 a 4,1.

Tabela 2.2.2 – Projeção de inflação e intervalos de probabilidade – Cenário com Selic Focus e câmbio PPC
Variação do IPCA acumulada em quatro trimestres

%

Ano	Trim.	50%	30%	10%	Central	10%	30%	50%
2024	I	3,9	3,9	4,0	4,0	4,0	4,1	4,1
2024	II	3,6	3,8	3,9	4,0	4,1	4,2	4,4
2024	III	3,1	3,4	3,6	3,7	3,8	4,0	4,3
2024	IV	2,8	3,1	3,4	3,5	3,6	3,9	4,3
2025	I	2,2	2,6	2,9	3,1	3,3	3,6	4,0
2025	II	2,2	2,6	2,9	3,1	3,3	3,6	4,0
2025	III	2,2	2,6	2,9	3,1	3,3	3,6	4,0
2025	IV	2,3	2,7	3,0	3,2	3,4	3,7	4,1
2026	I	2,3	2,7	3,0	3,2	3,4	3,7	4,1
2026	II	2,3	2,7	3,0	3,2	3,4	3,7	4,1
2026	III	2,3	2,7	3,0	3,2	3,4	3,7	4,1
2026	IV	2,3	2,7	3,0	3,2	3,4	3,7	4,1

Fonte: Relatório Inflação 30/03/2024 – BACEN

Na construção de cenários futuros, foram levados em considerações diversos fatores:

Cenário Econômico Internacional

De acordo com analises das perspectivas econômicas globais[4] do Banco Mundial, o ano de 2024, espera-se que o crescimento global desacelere para 2,4%, marcando o terceiro ano consecutivo de desaceleração. Segundo o banco, as previsões apontam que políticas monetárias restritivas, condições de crédito restritas e baixos níveis de comércio e investimento globais terão impacto no crescimento. O aumento dos conflitos no Oriente Médio, aumentam ainda mais os riscos geopolíticos, além de impactos de mudanças climáticas, fragmentação do comércio, insegurança alimentar entre outros conflitos. Entre os mercados emergentes e economias em desenvolvimento (EMDEs), a restrição do espaço fiscal destaca a necessidade de melhorar a eficiência dos gastos.

Com base na 62ª edição da Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Em 2024, espera-se uma leve desaceleração no crescimento do PIB global e uma queda acentuada na inflação, visando atingir as metas de inflação em 2025. As políticas monetárias restritivas devem persistir nos principais países para consolidar a redução da inflação, apesar da queda das taxas de juros básicas. Riscos geopolíticos e o fenômeno El Niño continuam a influenciar o comércio internacional.

[3] Relatório de Inflação Volume 26 | Número 1 | março 2024. https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202403/ri202403p.pdf

[4] https://www.worldbank.org/pt/publication/global-economic-prospects#forecasts

O mercado chinês é o principal porto de destino da produção de ferro exportado da mina do S11D. Sendo assim, ponto de atenção nas análises e perspectivas que influenciam a arrecadação municipal, principalmente no que tange a CFEM.

O relatório do Banco Mundial indicou que houve aumento do consumo na China em 2023, após o fim das restrições da pandemia, entretanto o movimento foi curtove. A recessão imobiliária se agravou com a queda dos preços e vendas de imóveis, levando a pressões financeiras nas construtoras. O investimento em imóveis diminuiu e o crescimento do investimento em infraestrutura foi mais lento do que as médias pré-pandemia, resultando em um fraco crescimento total do investimento fixo. Apesar do consumo privado ter se mantido estável até o final do ano, a confiança do consumidor e a demanda externa permaneceram fracas. Medidas de estímulo foram implementadas, incluindo a redução das taxas de juros e dos requisitos de depósito para a compra de imóveis, e a emissão de dívida pública foi ampliada. O setor imobiliário continua sendo o mais problemático na China, com vendas de moradias em termos nominais caindo cerca de 20% ao ano desde meados de 2021, e em dezembro de 2023, as vendas foram 56% menores do que em dezembro de 2020.

No entanto, essas previsões estão sujeitas a alterações, dependendo de uma variedade de fatores, incluindo políticas econômicas nacionais e internacionais, bem como eventos imprevistos no cenário global. Portanto a perspectiva para a economia mundial em 2025 é incerta, com riscos e oportunidades coexistindo. O crescimento global dependerá da evolução da inflação, das políticas monetárias dos bancos centrais, da resolução das tensões geopolíticas e do desempenho das principais economias do mundo.

Cenário Econômico Nacional

De acordo com o projeto de lei de diretrizes orçamentarias da União para 2025, a partir de 2025, é esperado um crescimento econômico de cerca de 2,5% no Brasil, sustentado por medidas governamentais, incluindo uma reforma tributária para aumentar a eficiência e produtividade. A redução da taxa neutra de juros e medidas microeconômicas melhorarão o ambiente de crédito. O novo marco de garantias e ajustes regulatórios em instrumentos de captação, juntamente com o Plano de Transformação Ecológica e medidas de estímulo ao investimento, devem aumentar a taxa de investimento.

Prevê que o processo de desinflação deve continuar, com a inflação pelo IPCA projetada para cair de 4,6% em 2023 para 3,5% em 2024, liderada por uma forte desaceleração nos preços monitorados. A inflação de serviços também deve continuar a desinflação, com preços de alimentos e bens industriais variando em torno da meta de 3,0% ao ano. Para 2025, o IPCA é projetado em 3,1% e, a partir de 2026, espera-se que esteja alinhado com a meta central de 3,0%.

Essa condição favorece a arrecadação municipal de receitas do grupo de transferências correntes, provenientes dos repasses obrigatórios advindo do tesouro da União - com destaque para o fundo de participação dos municipios - FPM.

Cenário Econômico Regional

As perspectivas para a economia do estado do Pará em 2025 são positivas. A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) prevê um crescimento econômico de aproximadamente 3,26%. Este crescimento será impulsionado por vários fatores, principalmente pelos reflexos da realização da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 30) em 2025, que deve atrair investimentos significativos para o estado.

Existe grande expectativa de que o Estado do Pará, apresente crescimento acima da média nacional, advindo da: expansão da produção agrícola; recuperação parcial da indústria extrativa (principalmente o mineral); e também pelo setor de serviços.

Peculiaridades e Perspectivas Comportamental do Lastro de Receita Municipal

O lastro de receita orçamentaria do municipio de Canaã dos Carajás, concentra mais de 85% de suas receitas em apenas três fontes: CFEM, ICMS e ISSQN. Essa concentração exige um planejamento orçamentário meticuloso, que leve em consideração as premissas do mercado da mineração e os possíveis riscos que podem afetar as projeções.

Na formulação do planejamento orçamentário, foram consideradas várias premissas do mercado da mineração, como históricos e previsões de preços de commodities em sites especializados, relatórios de produção e vendas divulgados pela empresa Vale, entre outras fontes secundárias, assim como os possíveis riscos que podem afetar as projeções.

As metas fiscais visam à maior precisão possível nas projeções, a fim de alcançar os objetivos das políticas públicas delineadas no Plano Plurianual. Essa abordagem contribui para um crescimento econômico com inclusão social e uma equidade sustentável a longo prazo.

A tabela a seguir apresenta as projeções dos indicadores para o período de 2025/2026/2027.

Parâmetros	Fonte	2025	2026	2027
PIB real (%)	PLDO União	2,80	2,58	2,62
PIB nominal (R$ bilhões)	PLDO União	12.388	13.237	14.132
IPCA acumulado (%)	PLDO União	3,10	3,00	3,00
INPC acumulado (%)	PLDO União	3,00	3,00	3,00
IGP-DI acumulado (%)	PLDO União	4,00	3,80	3,80
Taxa Over-SELIC acum. ano (%)	PLDO União	8,05	7,22	7,02
Taxa de Câmbio Média (R$/US$)	PLDO União	4,98	5,03	5,07
Preço Médio do Petróleo (US$/barril)	PLDO União	75,77	72,75	70,89
Valor do Salário-Minimo (R$ 1,00)	PLDO União	1.502	1.582	1.676
Massa Salarial Nominal (%)	PLDO União	7,51	7,37	6,6
PIB Estadual nominal (R$ mil) (1)	LDO 2024 Pará	R$ 299.877.799	R$ 314.459.236	R$ 332.371.274
Commodities - Preço médio ton. Cobre		*$ 7.500,00*	*$ 7.500,00*	*$ 7.500,00*
Commodities - Preço médio ton. Ferro		*$ 100,00*	*$ 100,00*	*$ 100,00*

(1))LDO2024 Pará. Dados estimados em março/2023, com base na conjuntura do período, portanto sujeitos a alteração.

Demonstrativo 1

Metas Anuais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

METAS ANUAIS

(Art. 4º, § 1º, § 2º, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000)

Apresentação

O **Anexo de Metas Anuais** é parte integrante do rol de demonstrativos obrigatórios no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentarias – PLDO, conforme determinação contida no § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Nesse demonstrativo são estabelecidas as metas anuais, em valores correntes (com efeito dos índices inflacionários e outros) e constantes (sem a perspectiva de reajuste de índices), relativas a receitas, despesas, resultados nominais (receita – despesa total) e primário (sem receitas financeiras e despesas com juros), e o montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Revisão das Metas de Arrecadação para 2025: Adaptação Estratégica à Realidade Dinâmica

Projeções – 2025-2026-2027

As metas de arrecadação para 2025 foram revisadas devido a fatores que impactam a trajetória de crescimento delineada no Plano Plurianual 2022-2025.

Fontes importantes no lastro de receitas orçamentárias, como a CFEM, tiveram suas expectativas de arrecadação para o período da LDO 2025 revisadas, em função de fatores de mercado que influenciam as expectativas de produção do S11D, principalmente considerando a instabilidade do mercado internacional.

O ICMS, outra fonte de receita majoritária na base de arrecadação do município, que vinha atendendo às expectativas de arrecadação projetada – principalmente devido ao desempenho das exportações da produção de minério de ferro do S11D –, será afetado consideravelmente pelas mudanças na legislação resultantes das novas disposições da Lei Estadual nº 10.310/2023, o que impactará significativamente a participação dos municípios mineradores na arrecadação dessa fonte de recursos.

A revisão das metas de arrecadação demonstra a sintonia com o compromisso de um planejamento orçamentário alinhado à responsabilidade fiscal e à gestão transparente dos recursos públicos. O objetivo principal é garantir a execução das políticas públicas de forma eficiente e eficaz, promovendo o desenvolvimento sustentável de Canaã dos Carajás, mesmo diante de um cenário dinâmico e desafiador.

De qualquer modo, em caso de mudanças no cenário decorrentes de eventos que afetem as bases primárias de arrecadação, ajustes serão realizados no planejamento orçamentário anual para 2025.

Despesas

As projeções foram elaboradas considerando uma relação desproporcional em relação ao aumento da receita, ou seja, estão seguindo um percentual menor para as despesas correntes (custeio), permitindo a criação de reservas estratégicas para expansão do gasto público. Vale ressaltar que nos últimos anos, as despesas que mais aumentaram estão relacionadas à área de investimento de capital, porém, ainda com cautela devido à necessidade de custeio que muitos desses investimentos demandam.

O Resultado Primário – acima da linha

Conforme orientado pelo 14º Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), o resultado primário - acima da linha - é calculado como a diferença entre as Receitas Primárias (I) e as Despesas Primárias (II). Em resumo, esse cálculo avalia se as projeções de arrecadação serão suficientes para cobrir os gastos orçamentários. Vale ressaltar que nesse cálculo não são consideradas as receitas financeiras, como os rendimentos de depósitos bancários (que em 2023 totalizaram mais de R$ 120 milhões), e do lado das despesas, não são considerados os pagamentos de empréstimos, financiamentos e os custos com juros de operações de crédito.

O resultado primário projetado para o triênio 2025-2026-2027 demonstra que os níveis de gastos orçamentários serão compatíveis com a arrecadação. Em outras palavras, as receitas primárias (RP) serão capazes de cobrir as despesas primárias (DP), com metas positivas estimadas em R$ 87 milhões em 2025, R$ 3,5 milhões em 2026 e encerrando em 2027 com R$ 23 milhões.

Resultado Nominal – abaixo da linha

O resultado nominal considera tanto a receita quanto a despesa total projetada. Assim, ao resultado primário, conforme definido pelo 14º Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), é acrescida a conta de juros, representando o conjunto das operações fiscais realizadas pela administração pública. Em outras palavras, o resultado nominal inclui tanto a receita quanto a despesa financeira.

De acordo com o 14º MDF, os cálculos da meta e das projeções do resultado nominal devem seguir o critério de apuração abaixo da linha. Essa metodologia considera a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) no último dia do ano anterior, em comparação com o saldo da DCL apurado no último dia do ano de referência. Adicionalmente, o 14º MDF estabelece que, caso o ente federativo não possua dívida consolidada, ou seja, se sua DC for igual a zero, o resultado nominal abaixo da linha será calculado apenas com base na variação dos estoques de disponibilidades financeiras do ente. Isso significa que será a diferença entre o saldo das "DEDUÇÕES" no último dia do ano anterior e o saldo apurado no último dia do ano de referência.

Nas projeções para o biênio 2026-2027, os valores estão zerados, indicando que não há mais consideração de estoque de dívida para esse período. Isso se deve à liquidação do passivo de um pouco mais de R$ 7 milhões, que está prevista sua liquidação nas projeções do exercício fiscal de 2025.

A projeção indica um saldo positivo a preços correntes, de R$ 217.284.466 para o ano de 2025, R$ 145.811.411 para 2026 e R$ 91.756.410 milhões para o último ano da série, em 2027.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS 2025

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2025				2026				2027			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	**1.726.593.800**	**1.673.069.392**	**0,576%**	**100,1%**	**1.899.253.180**	**1.842.275.585**	**0,604%**	**100,1%**	**2.089.178.498**	**2.026.503.143**	**0,629%**	**100,1%**
Receitas Primárias (I)	**1.597.245.573**	**1.547.730.960**	**0,533%**	**92,6%**	**1.756.985.130**	**1.704.275.576**	**0,559%**	**92,6%**	**2.020.807.900**	**1.960.183.663**	**0,608%**	**96,8%**
Receitas Primárias Correntes	1.595.895.573	1.546.422.810	0,532%	92,5%	1.755.485.130	1.702.820.576	0,558%	92,5%	2.018.807.900	1.958.243.663	0,607%	96,7%
Impostos, Taxas, serviços, Contribuições	289.571.343	280.594.632	0,097%	16,8%	318.528.478	308.972.623	0,101%	16,8%	366.307.749	355.318.517	0,110%	17,6%
Transferências Correntes	1.305.644.230	1.265.169.259	0,435%	75,7%	1.436.208.653	1.393.122.393	0,457%	75,7%	1.651.639.951	1.602.090.752	0,497%	79,1%
Demais Receitas Primárias Correntes	680.000	658.920	0,000%	0,0%	748.000	725.560	0,000%	0,0%	860.200	834.394	0,000%	0,0%
Receitas Primárias de Capital	1.350.000	1.308.150	0,000%	0,1%	1.500.000	1.455.000	0,000%	0,1%	2.000.000	1.940.000	0,001%	0,1%
Despesa Total	**1.509.309.334**	**1.462.520.745**	**0,503%**	**87,5%**	**1.753.441.769**	**1.700.838.516**	**0,558%**	**92,4%**	**1.997.422.088**	**1.937.499.425**	**0,601%**	**95,7%**
Despesas Primárias (II)	**1.508.660.156**	**1.461.891.691**	**0,503%**	**87,4%**	**1.753.441.769**	**1.700.838.516**	**0,558%**	**92,4%**	**1.997.422.088**	**1.937.499.425**	**0,601%**	**95,7%**
Despesas Primárias Correntes	1.108.660.156	1.074.291.691	0,370%	64,3%	1.203.441.769	1.167.338.516	0,383%	63,4%	1.297.422.088	1.258.499.425	0,390%	62,2%
Pessoal e Encargos Sociais	458.501.877	444.288.319	0,153%	26,6%	527.277.158	511.458.843	0,168%	27,8%	553.641.016	537.031.786	0,167%	26,5%
Outras Despesas Correntes	650.158.279	630.003.373	0,217%	37,7%	676.164.611	655.879.672	0,215%	35,6%	743.781.072	721.467.640	0,224%	35,6%
Despesas Primárias de Capital	400.000.000	387.600.000	0,133%	23,2%	550.000.000	533.500.000	0,175%	29,0%	700.000.000	679.000.000	0,211%	33,5%
Resultado Primário- Acima da Linha (III) = (I – II)	**88.585.417**	**85.839.269**	**0,030%**	**5,1%**	**3.543.361**	**3.401.627**	**0,001%**	**0,2%**	**23.385.812**	**22.473.765**	**0,007%**	**1,1%**
Dívida Pública Consolidada (DC)	**7.504.138**	**7.504.138**	**0,003%**	**0,4%**	**0**	**0**	**0,000%**	**0,0%**	**0**	**0**	**0,000%**	**0,0%**
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	**-1.032.134.071**	**-1.032.134.071**	**-0,344%**	**-59,8%**	**-1.249.418.537**	**-1.199.441.795**	**-0,397%**	**-65,8%**	**-1.395.229.948**	**-1.353.373.050**	**-0,420%**	**-66,8%**
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	**217.284.466**	**210.548.647**	**0,072%**	**12,6%**	**145.811.411**	**141.437.069**	**0,046%**	**7,7%**	**91.756.410**	**89.003.718**	**0,028%**	**4,4%**

Fonte: Previsão de Receita - PPA 2022-2025, Revisões SEPLAN - Setor de Orçamento - 03/04/24 as 16h

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

Demonstrativo 2

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

METAS FISCAIS
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior – 2023
(Art. 4º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Apresentação

Faz parte do Anexo de Metas Fiscais o Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior. Também normatizado conforme o § 1º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, deve demonstrar a apuração entre as metas anuais projetadas no exercício anterior, e os valores devidamente realizados. Portanto objetivo do demonstrativo é trazer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO.

Arrecadação 2023 – Realizado X Previsto

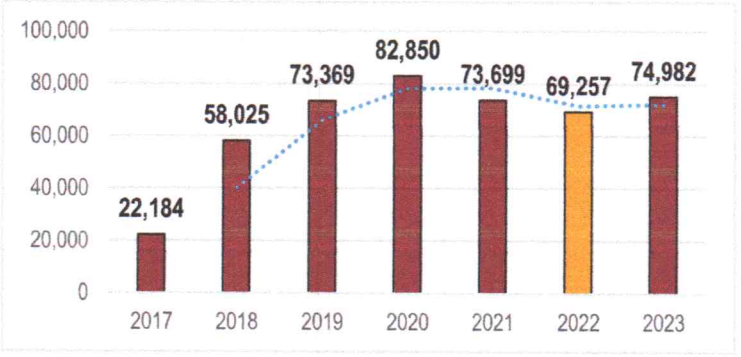
Os resultados fiscais alcançados em 2023, quando comparados com as metas propostas na Lei Orçamentaria Anual - LOA para esse exercício, apresentaram resultados deficitários do ponto de vista da arrecadação nominal.

RECEITA ANUAL	2023						
	ESTIMADAS		EXECUTADA		RESULTADO		%
	R$	2.051.078.443,15	R$	1.798.849.149,98	-R$	252.229.293,17	-12%
RECEITAS CORRENTES	**R$**	**2.177.857.935,83**	**R$**	**1.968.647.148,52**	**-R$**	**209.210.787,31**	-10%
Receitas Tributárias	**R$**	**165.630.708,31**	**R$**	**234.326.391,28**	**R$**	**68.695.682,97**	41%
Impostos	R$	161.727.682,15	R$	231.090.934,09	R$	69.363.251,94	43%
Taxas	R$	3.903.026,16	R$	3.235.457,19	-R$	667.568,97	-17%
Receitas de Contribuilções	**R$**	**13.691.408,65**	**R$**	**15.174.726,92**	**R$**	**1.483.318,27**	11%
Contribuições Econômicas	R$	13.691.408,65	R$	15.174.726,92	R$	1.483.318,27	11%
Receita Patrimonial	**R$**	**25.672.020,00**	**R$**	**102.249.580,55**	**R$**	**76.577.560,55**	298%
Outras Receitas Patrimoniais	R$	25.422.020,00	R$	101.917.703,55	R$	76.495.683,55	301%
rendimentos bancarios CMCC	R$	250.000,00	R$	331.877,00	R$	81.877,00	33%
Receitas de Serviços	**R$**	**310.000,00**	**R$**	**901.628,32**	**R$**	**591.628,32**	191%
Serviço tarifa fornecmento água	R$	310.000,00	R$	901.628,32	R$	591.628,32	191%
Transferências Correntes	**R$**	**1.971.873.798,87**	**R$**	**1.610.863.298,15**	**-R$**	**361.010.500,72**	-18%
Transferências da União	R$	1.325.800.963,40	R$	740.640.671,99	-R$	585.160.291,41	-44%
Transferências do Estado	R$	607.341.295,47	R$	815.156.313,44	R$	207.815.017,97	34%
Transferências Multigovernamentais	R$	38.731.540,00	R$	54.988.391,45	R$	16.256.851,45	42%
Transf. Convênios Instituições Privadas	R$	-	R$	77.921,27	R$	77.921,27	#DIV/0!
Outras Receiras Correntes	**R$**	**680.000,00**	**R$**	**5.131.523,30**	**R$**	**4.451.523,30**	655%
Multas Previstas em Legislação Especifica	R$	100.000,00	R$	2.436.193,85	R$	2.336.193,85	2336%
Outras Indenizações	R$	500.000,00	R$	155.971,96	-R$	344.028,04	-69%
Outras Restituições	R$	80.000,00	R$	2.539.357,49	R$	2.459.357,49	3074%
RECEITAS DE CAPITAL	**R$**	**1.350.000,00**	**R$**	**1.257.821,84**	**-R$**	**92.178,16**	-7%
Operação de Crédito	R$	-	R$	-	R$	-	#DIV/0!
Amortização de Empréstimos	R$	-	R$	857.821,84	R$	857.821,84	#DIV/0!
Alienações de Bens	R$	-	R$	-	R$	-	#DIV/0!
Transferência de Convênio	R$	1.350.000,00	R$	400.000,00	-R$	950.000,00	-70%
DEDUÇÃO REC. PARA FORMAÇÃO FUNDEB	**-R$**	**128.129.492,68**	**-R$**	**171.055.820,38**	**-R$**	**42.926.327,70**	34%
(-) Dedução para o FUNDEB	-R$	128.129.492,68	-R$	171.055.820,38	-R$	42.926.327,70	34%

Da previsão inicial de R$ 2.051.078.443,15, apenas foi alcançado o montante de R$ 1.798.849.149,98, resultando em uma frustração de arrecadação de mais de -R$ 252.229.293,17 milhões, o que representa uma queda de 12% em relação à meta inicial.

O resultado foi ocasionado principalmente pela baixa arrecadação da CFEM. Enquanto o ano de 2021 encerrou com um forte superávit de arrecadação nominal, ultrapassando os R$ 650 milhões, os anos subsequentes seguiram uma trajetória oposta, registrando déficits de aproximadamente -R$ 637 milhões em 2022 e -R$ 625 milhões em 2023.

O principal motivo que impactou esse comportamento, foi uma produção/venda de minerio de ferro no projeto S11D, abaixo das expectativas das premissas utilizadas na formulação das peças orçamentarias. Apesar disso, 2023 começa a apresentar um movimento de retorno no aumento da produção.



Fonte: Relatório de Produção e Venda da Vale

Considerando o "tripé majoritário" formado por essas três fontes de receitas, que representa grande parte da receita do município, a performasse nesse último ano foi destinta entre os grupos. Foram elas:

- **ISSQN – imposto sobre serviços de qualquer natureza**: do grupo de receita tributária, apresentou uma arrecadação de R$ 187.253.197,82, resultando um SUPERÁVIT financeiro de mais de R$ R$ 44 milhões, configurando 31% acima da meta inicial.

- **Cota-Parte do imposto s/ circulação de mercadorias – ICMS:** do grupo de transferências correntes (Estado), com a monta de R$ 786.986.304,45, consolidando um SUPERÁVIT financeiro de mais de R$ 194 milhões, com 34% acima da meta projetada.

- **Remuneração de Depósitos Bancários:** do grupo de receita patrimonial, com a monta de R$ 102.249.580,55. SUPERÁVIT financeiro de R$ 76 milhões (402% acima da meta).

- **CFEM – compensação financeira pela exploração mineral**: do grupo de transferências correntes (UNIÃO), contabilizou o montante arrecadado de R$ 625.855.541,87, representando um DÉFICIT financeiro, de mais de -R$ 625 milhões, abaixo da meta prevista.

Esse quadro retrata com toda propriedade a narrativa que fatores externos, influenciam a dinâmica das principais receitas que sustentam o lastro de receita do município. E essa condição impacta diretamente na criação das políticas públicas, sejam elas a: correntes (custeios), e/ou de capital (investimentos), que dependem do financiamento constante a manutenção dos projetos atividades elaboradas. Outrossim quando se trata de lastrear as despesas a partir dessas fontes de recursos, se faz necessário o exercício diário durante sua execução, mais ainda crucial o planejamento a médio e longo prazo.

Essa preocupação faz parte deste planejamento orçamentário, e assim o foi considerado durante sua elaboração.

A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DE 2023

O Resultado Primário e Nominal de 2023 – previsto X realizado

O cenário apresentado no **resultado primário**, quando apurado toda a arrecadação sem as receitas dos recursos provenientes dos rendimentos bancários (juros), menos as despesas (essas sem o pagamento de juros da dívida), era uma previsão inicial de pouco -R$ 24 milhões. O resultado executado foi um saldo negativo de mais de -R$ 202 milhões de reais. Basicamente esse valor nominal, foi a programação dos investimentos projetados na LOA, que só foi possível sua execução através das reservas financeiras, que ultrapassam a cifra de R$ 1.032 bilhões.

De acordo com a última edição do MDF, até o exercício de 2022, a meta do resultado nominal era definida e acompanhada pela metodologia acima da linha. A partir do exercício de 2023, o resultado nominal deve ser calculado pela diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida (DCL) em 31 de dezembro do ano anterior em relação ao saldo da DCL apurado em 31 de dezembro do exercício de referência. Para apuração do resultado nominal pela metodologia abaixo da linha, não devem ser considerados os valores das dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS do ente

O resultado nominal abaixo da linha (ajustado), apresentou um resultado negativo de R$ -R$ 310.049.891 valor apurado no anexo 06, tabela 6.3, do demonstrativo dos resultados primário e nominal, do Relatorio Resumido de Execução Orçamentaria- RREO 6º - bimestre.

No âmbito das despesas primarias ante a previsão inicial de R$ 2.050 bilhões, o dispêndio registrado executado foi de R$ 2.131 bilhões. Porém a despesa - principalmente os investimentos -, só foi possível ser realizado em quase a sua totalidade planejada, recorrendo as reservas armazenadas provenientes dos resultados superavitários dos últimos anos.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL), que segundo conceitua o 14º MDF: *"representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros"* apurado no exercício (conforme o demonstrativo), apresentou um saldo de -R$ 1.032.134.071 bilhões, ou seja, existe muita reserva financeira para o cumprimento da dívida registrada, de R$ 7.504.138,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2025

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2023 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2023 (b)	% PIB	% RCL	Variação Valor (c) = (b-a)	Variação % (c/a) x 100
Receita Total	2.051.078.443	0,857%	100,07%	1.798.849.150	0,752%	1,00	***- 252.229.293***	***-12,30%***
Receitas Primárias (I)	2.025.406.423	0,847%	98,81%	1.695.741.858	0,709%	94,33%	***- 329.664.566***	***-16,28%***
Despesa Total	2.051.078.443	0,857%	100,07%	2.131.899.527	0,891%	118,60%	***80.821.084***	***3,94%***
Despesas Primárias (II)	2.050.078.443	0,857%	100,02%	2.131.899.527	0,891%	118,60%	***81.821.084***	***3,99%***
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	*- 24.672.020*	-0,010%	-1,20%	*- 202.467.825*	-0,085%	-11,26%	***- 177.795.806***	**720,64%**
Dívida Pública Consolidada (DC)	6.032.300	0,003%	0,29%	7.504.138	0,003%	0,42%	**1.471.839**	**24,40%**
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	*-1.233.069.059*	-0,515%	-60,16%	*- 1.032.134.071*	-0,431%	-57,42%	**200.934.987**	**-16,30%**
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	204.243.608	0,085%	9,96%	*- 310.049.891*	-0,130%	-17,25%	***- 514.293.498***	**-251,80%**

FONTE: RREO 6º QD. balanço anual 2023. SEFIN/Depto. Contabil

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

Demonstrativo 3

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

As Despesas

A linha histórica utilizada como referência para os parâmetros das despesas abrangeu o período de 2018 a 2023. Embora a execução das despesas esteja vinculada às metas pré-estabelecidas no plano plurianual, alguns gastos são influenciados pela dinâmica resultante da atividade econômica da mineração, que impacta o crescimento populacional de Canaã dos Carajás.

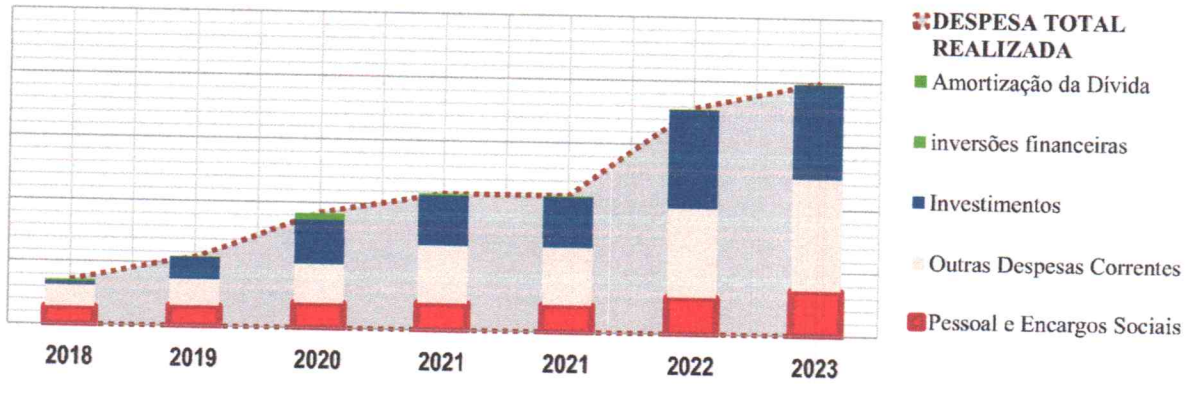
As bases para a determinação das despesas foram projetadas com base nos índices inflacionários, utilizando parâmetros oficiais estabelecidos. É importante destacar que essas projeções consideraram a volatilidade peculiar da base de receitas que sustenta o orçamento do município de Canaã dos Carajás. Nesse sentido, os gastos foram planejados e ajustados à constante condição de equilíbrio fiscal do município, com especial atenção voltada para os dispêndios de natureza continuada, especialmente os relacionados à folha de pagamento. O historico está detalhado na tabela a seguir.

Tipo Despesa	2018	2019	2020	2021	2021	2022	2023
Despesas Correntes	R$ 308.432.039,78	R$ 373.798.900,11	R$ 506.132.998,14	R$ 684.993.843,72	R$ 684.993.843,72	R$ 1.003.059.910,74	R$ 1.242.502.430,49
Despesas de Capital	R$ 45.236.469,68	R$ 183.500.738,87	R$ 417.046.726,44	R$ 405.481.980,10	R$ 405.481.980,10	R$ 782.222.987,43	R$ 747.780.335,93
Despesa Total	**R$ 353.668.509,46**	**R$ 557.299.638,98**	**R$ 923.179.724,58**	**R$ 1.090.475.823,82**	**R$ 1.090.475.823,82**	**R$ 1.785.282.898,17**	**R$ 1.990.282.766,42**

Despesas Correntes	**R$ 243.251.020,89**	**R$ 373.872.633,84**	**R$ 506.132.998,14**	**R$ 684.993.843,72**	**R$ 684.993.843,72**	**R$ 1.003.059.910,74**	**R$ 1.242.502.430,49**
Pessoal e Encargos Sociais	R$ 139.120.814,42	R$ 159.552.452,00	R$ 197.409.164,87	R$ 213.774.963,95	R$ 213.774.963,95	R$ 288.623.454,08	R$ 355.408.006,79
Juros e Encargos da Dívida	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Outras Despesas Correntes	R$ 169.311.225,36	R$ 214.320.181,84	R$ 308.723.833,27	R$ 471.218.879,77	R$ 471.218.879,77	R$ 714.436.456,66	R$ 887.094.423,70
Despesas de Capital	**R$ 45.236.469,68**	**R$ 183.500.738,87**	**R$ 414.356.171,69**	**R$ 405.481.980,10**	**R$ 405.481.980,10**	**R$ 782.222.987,43**	**R$ 747.780.335,93**
Investimentos	37.063.250,05	175.009.188,33	361.861.694,04	390.069.166,96	390.069.166,96	773.817.136,54	737.923.402,32
inversões financeiras				3.601.379,64	3.601.379,64	2.579.475,88	7.371.861,77
Amortização da Dívida	8.173.219,63	8.491.550,54	52.494.477,65	11.811.433,50	11.811.433,50	5.826.375,01	2.485.071,84

A linha temporal realizada, serviu de base na avaliação do comportamento da evolução da despesa orçamentaria. No período de 2018 a 2023, as despesas correntes evoluíram em torno de 189%, enquanto a despesa denominada de saudável – os investimentos – alcançaram 607% (a CFEM sustenta todo esse dispêndio com os investimentos).

Abaixo a tabela demonstra o histórico da despesa realizada.



Nas projeções de investimentos foi levado em consideração a obrigatoriedade legal nos termos da Lei Federal n.º 8.001/1990 (alterada pela Lei Federal n.º 13.540/2017), onde determina a destinação (de acordo com a lei - preferencialmente), pelo menos 20% (vinte por centro) dos recursos arrecadados com a fonte da CFEM, em diversificação econômica no desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Pessoal e Encargos sociais

A despesa com pessoal é um dos aspectos mais significativos em todas as esferas dos Entes Federados, representando uma das maiores demandas por recursos financeiros nos respectivos orçamentos públicos. No planejamento para o próximo triênio, as projeções relacionadas às despesas com pessoal e encargos sociais foram elaboradas com base no estudo das séries históricas, levando em conta o crescimento natural da folha de pagamento. Esse crescimento natural decorre da evolução de benefícios, como triênio, bem como da atualização do poder de compra através dos índices inflacionários, considerando o efeito anualizado no período de 2025 a 2027.

Simultaneamente, foram considerados possíveis aumentos decorrentes da expansão das contratações temporárias e do remanejamento de cargos, resultantes da ampliação dos investimentos planejados no Plano Plurianual, e concomitantemente pelas últimas alterações nas legislações de pessoal do municipio (Leis nº 1090 e 1091 de 2023), que ampliou o número de vagas no PCCR.

Essa expansão exigirá um aumento nos custos com pessoal. Esses incrementos podem surgir em decorrência da necessidade de suprir demandas específicas dos projetos contemplados no Plano Plurianual, bem como da reestruturação interna necessária para garantir a eficiência na execução das políticas públicas.

Dessa forma, o planejamento das despesas com pessoal e encargos sociais para o período de 2025 a 2027 não apenas considerou o crescimento natural da folha de pagamento, mas também antecipou possíveis variações decorrentes de novas contratações temporárias e realocações de cargos. Essa abordagem visa garantir a adequada alocação de recursos para o custeio das atividades relacionadas ao quadro de servidores municipais, alinhando-se às metas estabelecidas pelo Plano Plurianual e mantendo a sustentabilidade financeira do município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2025

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	1.625.593.061,75	1.798.849.149,98	10,66%	1.923.169.353,45	6,91%	1.726.593.800,01	-10,22%	1.899.253.180,01	10,00%	2.089.178.498,01	10,00%
Receitas Primárias (I)	1.597.859.818,82	1.696.599.569,43	6,18%	1.793.864.178,25	5,73%	1.597.245.573,06	-10,96%	1.756.985.130,36	10,00%	2.020.807.899,92	15,02%
Despesa Total	1.130.357.216,73	1.990.282.766,42	76,08%	1.756.541.566,23	-11,74%	1.509.309.334,22	-14,07%	1.753.441.768,91	16,18%	1.997.422.087,89	13,91%
Despesas Primárias (II)	1.114.944.403,59	1.987.797.694,58	78,29%	1.755.892.388,23	-11,67%	1.508.660.156,22	-14,08%	1.753.441.768,91	16,23%	1.997.422.087,89	13,91%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	482.915.415,23	-291.198.125,15	-160,30%	37.971.790,03	-113,04%	88.585.416,83	133,29%	3.543.361,45	-96,00%	23.385.812,02	559,99%
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	7.504.138,46	#DIV/0!	642.177,55	-91,44%	7.504.138,46	1068,55%	0,00	-100,00%	0,00	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-1.105.550.785,52	-1.032.134.071,11	-6,64%	-1.332.196.292,05	29,07%	-1.032.134.071,10	-22,52%	-1.249.418.536,88	21,05%	-1.395.229.947,98	11,67%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.105.550.785,52	-191.433.616,44	-117,32%	166.627.787,23	-187,04%	217.284.465,78	30,40%	145.811.411,10	-32,89%	91.756.410,12	-37,07%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2022	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%
Receita Total	1.531.471.223,47	1.715.742.319,25	12,03%	1.836.626.732,55	7,05%	1.673.069.392,21	-8,91%	1.842.275.584,61	10,11%	2.026.503.143,07	10,00%
Receitas Primárias (I)	1.505.343.735,31	1.618.216.669,32	7,50%	1.713.140.290,23	5,87%	1.547.730.960,29	-9,66%	1.704.275.576,45	10,11%	1.960.183.662,92	15,02%
Despesa Total	1.064.909.533,88	1.898.331.702,61	78,26%	1.677.497.195,74	-11,63%	1.462.520.744,86	-12,82%	1.700.838.515,84	16,30%	1.937.499.425,25	13,91%
Despesas Primárias (III)	1.050.389.122,62	1.895.961.441,09	80,50%	1.676.877.230,75	-11,56%	1.461.891.691,38	-12,82%	1.700.838.515,84	16,35%	1.937.499.425,25	13,91%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	454.954.612,69	-277.744.771,77	-161,05%	36.263.059,48	-113,06%	85.839.268,91	136,71%	3.401.626,99	-96,04%	22.473.765,35	560,68%
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	7.157.447,26	#DIV/0!	613.279,56	-91,43%	7.504.138,46	1123,61%	0,00	-100,00%	0,00	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-1.041.539.395,04	-984.449.477,02	-5,48%	-1.272.247.458,91	29,23%	-1.032.134.071,10	-18,87%	-1.199.441.795,41	16,21%	-1.353.373.049,54	12,83%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.041.539.395,04	-182.589.383,36	-117,53%	159.129.536,80	-187,15%	210.548.647,35	32,31%	141.437.068,76	-32,82%	89.003.717,81	-37,07%

Fonte: Previsão de Receita - PPA 2022-2025, Revisões SEPLAN - Setor de Orçamento - 03/04/24 as 16h

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

Demonstrativo 4

Evolução do Patrimônio Líquido

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

METAS FISCAIS
Evolução do Patrimônio Líquido
(Art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000)

Apresentação

É parte integrante dos demonstrativos a demonstração da **evolução do Patrimônio Líquido – PL** dos últimos três exercícios anteriores ao ano de edição da respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Conceitualmente o Patrimônio Líquido está vinculado ao de Patrimônio Público. O manual de contabilidade aplicada ao Setor Público – MCASP, estabelece o conceito de Patrimônio Público como segue:

> Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

O MCASP também detalha que a composição do PL é composta pelo: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, conforme segue:

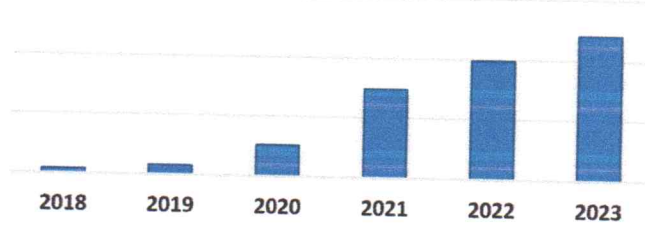
1. **Ativo** – compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;
2.
3. **Passivo** – compreende as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
4.
5. **Patrimônio Líquido** - Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Portanto o Patrimônio Líquido-PL, consiste no valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

A evolução do patrimônio líquido do Município de Canãa dos Carajás mantém uma tendência de crescimento positivo do ativo, considerando a linha histórica a partir do ano de 2018, apresentando uma média anual de evolução de 118%.

No último exercício – 2023 -, foi registrado a menor taxa de crescimento, da série histórica.

Ano	Resultado Acumulado	% em relação ao ano anterior
2018	R$ 74.066.690,44	-
2019	RS 147.833.425,57	99,60%
2020	RS 520.962.004,68	252,40%
2021	R$ 1.479.205.003,13	183,94%
2022	R$ 1.995.027.767,34	34,87%
023	R$ 2.408.671.655,68	20,73%



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2025

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	%	2022	%	2020	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	2.408.671.655,68	100,00%	1.995.027.767,34	100,00%	1.479.205.003,13	100,00%
TOTAL	**R$ 2.408.671.655,68**	**100,00%**	**R$ 1.995.027.767,34**	**100,00%**	**R$ 1.479.205.003,13**	**100,00%**

Fonte: Balanço Anual. Setor de Contabilidade da PMCC

***REGIME PREVIDENCIÁRIO**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL						

***Nota: Não se aplica para o Município por Não Possuir Regime Próprio de Previdência**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

Demonstrativo 5

Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos – Estados, DF e Municípios

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

METAS FISCAIS

Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos – Estados, DF e Municípios

(Art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000)

Apresentação

O Demonstrativo intitulado - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos – Estados, DF e Municípios, deve conter informações sobre as receitas realizadas por meio da alienação de ativos (discriminando as alienações de bens móveis e imóveis), e as despesas executadas resultantes da aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, discriminando as despesas de capital e as despesas correntes dos regimes de previdência. (13ª MDF).

Resumidamente tem o objetivo conforme o próprio manual menciona, de dar a devida transparência da forma como o ente utilizou os recursos obtidos com a alienação de ativos, com vistas à preservação do patrimônio público.

No caso do município de Canaã dos Carajás até a atualidade não existe receitas provenientes dessa atividade. Portanto o anexo traz os dados zerados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS – ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS
2025

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) — R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras			

DESPESAS EXECUTADAS	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos			
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

SALDO FINANCEIRO	2022 (g) = ((Ia – IId) + IIIh)	2021 (h) = ((Ib – IIe) + IIIi)	2020 (i) = (Ic – IIf)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Nota: Não existe movimentação no período

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

Demonstrativo 6

Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

METAS FISCAIS
Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000)

Apresentação

Como o próprio nome do demonstrativo é denominado o objetivo desse Demonstrativo, é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

No caso específico do Município de Canaã dos Carajás, não possuído regime próprio de previdência – RPPS dos seus servidores, o demonstrativo será apresentado zerado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

Demonstrativo 7

Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita – Estados, DF e Municípios

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

METAS FISCAIS

Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000)

Apresentação

Conforme determina a norma no art. 4°, § 2°, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, tem o objetivo atender disposto no caput do art. 14 da LRF, e deverá ser acompanhado das devidas apurações com os critérios estabelecidos para as **renúncias de receitas** e suas **respectivas compensações**, ou seja, todo valor concedido a título de: incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado (*a renúncia pode ser destinada ao setor comercial ou industrial, programa de governo ou, ainda, a um beneficiário individual (Pessoa Física ou Jurídica*). tem a obrigatoriedade de demonstrar o mecanismo de entrada de receita que seja suficiente para cobrir o valor da renúncia fiscal respectiva, a fim de dar maior consistência aos valores apresentados.

.

O Demonstrativo tem por objetivo dar transparência às renúncias de receita previstas no projeto de LDO, para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das renúncias fiscais concedidas. 14º MDF.

No âmbito do Município de Canaã dos Carajás, através da Secretaria Municipal de Finanças, lança anualmente o programa de regularização fiscal. O objetivo do REFIS, é trazer o contribuinte para a legalidade. A renúncia é feita somente na dimensão dos juros e multas, não no valor original da dívida. Abaixo o quadro demonstrativo do último quadriênio, com as concessões realizadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2025

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
ISSQN MULTAS E JUROS	REFIS	SEFIN Departamento de Arrecadação	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	Essa renúncia ocorre somente para os juros e multas, que é o caso do REFIS, e agora com a Lei 890/2019 CTM, através do PAD- Parcelamento Administrativo de Débitos, que visa a recuperação de receitas, e o adimplemento de mais pessoas jurídicas e pessoas físicas na formalidade
IPTU MULTAS E JUROS	REFIS	SEFIN Departamento de Arrecadação	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	Para o IPTU Essa renúncia abrange as áreas de interesse social, compensando-se através de uma menor demanda à serviços de Assistência e Saúde o que reduz as despesas Municipais. Os juros e multas, que é o caso do REFIS, e agora com a Lei 890/2019 CTM, através do PAD- Parcelamento Administrativo de Débitos, que visa a recuperação de receitas, e o adimplemento de mais pessoas jurídicas e pessoas físicas na formalidade ou formulação de programa especifico com função fiscal ou extrafiscal objetivando desestimular ou estimular a pratica de diversas condutas, , bem como diminuir a dívida ativa municipal, compreendendo o prescrito o art. 14 § 1ª LRF, abrangendo toda área do municipio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

TAXAS DIVERSAS MULTA E JUROS	REFIS	SEFIN SEMMA SEMSA - Vig. Sanitária SEMSPULV	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	Essa renúncia ocorre somente para os juros e multas, que é o caso do REFIS, e agora com a Lei 890/2019 CTM, através do PAD- Parcelamento Administrativo de Débitos, que visa a recuperação de receitas, e o adimplemento de mais pessoas jurídicas e pessoas físicas na formalidade.
ITBI MULTA E JUROS	REFIS	SEFIN Departamento de Arrecadação	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	Essa renúncia de receita é para o valor do ITBI urbano na realização da primeira escritura via programa REURB ou não, e tem o objetivo de regularizar um grande número de imóveis aqui em Canaã dos Carajás e para o ITBI rural na primeira escritura para pequenas glebas (a serem definidas em lei), essa compensação será feita através do aumento na arrecadação, haja vista que após a primeira escritura, qualquer transação imobiliária precisará passar pelo cartório e pela COTEM, tanto para o ITBI Urbano quanto para o ITBI Rural, aumentando o percentual de imóveis regularizados no município, abrindo acesso ao pequeno produtor e empresários a créditos e financiamentos para aumentando com isso a produção agrícola, pecuária, produção de bens e serviços e comércio dentro do município de Canaã dos Carajás, incrementando com isso a economia local.
			4.500.000,00	**4.500.000,00**	**4.500.000,00**	

Fonte: Secretaria de Finanças. Deptº de Tributos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

Demonstrativo 8

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

METAS FISCAIS
Demonstrativo 8 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000)

Apresentação

A previsão da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é uma exigência estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), conforme disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. A LRF define Despesa Obrigatória de Caráter Continuado (DOCC) como uma despesa corrente originada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que estabeleça para o Ente a obrigação legal de sua execução por mais de dois exercícios. Prorrogar a DOCC criada por prazo determinado também é considerado um aumento de despesa.

De acordo com o mesmo artigo da LRF, os atos que criarem ou aumentarem as DOCC devem conter uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrarão em vigor e nos dois seguintes, além de demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. Além disso, é necessário comprovar que a despesa criada ou aumentada não comprometerá as metas de resultados fiscais estabelecidas no § 1º do art. 4º da LRF, e seus efeitos financeiros nos períodos seguintes devem ser compensados por um aumento permanente de receita ou por uma redução permanente de despesas. As DOCC não serão executadas antes da implementação dessas medidas.

Neste relatório, foi calculado o aumento de outras despesas permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2025, principalmente aquelas decorrentes do crescimento vegetativo relacionado às despesas com pessoal.

Quanto à perspectiva de aumento permanente da receita, considerou-se o aumento tributário por meio de algumas fontes de receitas principalmente as tributarias municipais, como por exemplo o ISSQN. Devido a mudanças na legislação, outra fonte de potencial crescimento foi descartada devido a novos parâmetros de repasses da cota parte pelo ICMS, estadual.

O valor da margem líquida para possíveis expansões das despesas de caráter continuado totaliza R$ 27.225.711,99 (vinte e sete milhões, duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e onze reais e noventa e nove centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2025

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2025
Aumento Permanente da Receita	171.394.899,69
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	8.569.744,98
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	162.825.154,70
Redução Permanente de Despesa (II)	34.278.979,94
Margem Bruta (III) = (I+II)	197.104.134,64
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	169.878.422,65
Novas DOCC	169.878.422,65
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	27.225.711,99

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

Ações das Metas e Prioridades Para o Ano de 2025 (PPA)

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
CGIM	Gestão Administrativa	Manter o Controle Interno do Município	Controle e mapeamento de possíveis problemas nos processos licitatórios, baixa da liquidação (pagamentos), Suprimento de Fundo, convênios, fomentos e contratação de servidores temporários	100	%	100
CGIM	Gestão Administrativa	Manter o Controle Interno do Município	Padronização de processos	100	%	100
CGIM	Gestão Administrativa	Manter o Controle Interno do Município	Responder, distribuir e acompanhar e atender as solicitações dos órgãos de Controle Externo (TCM, TCU, CGU, MP e TCE)	100	%	100

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
SEMDES	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Garantir uma Gestão eficiente e eficaz, atendendo a 100%/ano das regulamentações da PNAS e demais políticas públicas gerenciadas pela SEMDES.	100	%	100
SEMDES	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Gerir 100%/ano dos contratos da SEMDES	100	%	100
SEMDES	Inclusão Social e Tecnológica	Manter os Centros de Inclusão Digital	Ampliar em 50% as vagas nos cursos de informática e cidadania, durante a vigência do PPA	50	%	50
SEMDES	Canaã Cidade que Protege	Manter o Programa Canaã Cidade que Protege	Serviço de recebimento, Atendimento e Monitoramento de Denúncias de Violência contra Crianças e Adolescentes, através do atendimento, por meio de escuta especializada, 100% implantado em 2022 e mantido nos demais anos	100	%	100
SEMDES	Canaã Cidade que Protege	Manter o Serviço de Emissão de Documentos de Identificação Civil	Garantir a oferta dos serviços de Identificação Civil de forma regular	100	%	100
SEMDES	Canaã Cidade que protege	Manter os serviços ofertados pelo Conselho Tutelar	Garantir no mínimo 03 (três) capacitações / ano continuadas para os conselheiros	12	Unid.	3
FMAS	Fortalecimento do Controle Social	Manter as ações dos Conselhos e Comissões	Realizar 5 cursos de capacitação continuada aos conselheiros por ano	20	Unid.	5

		setoriais vinculados a SEMDES.				
FMAS	Gestão do SUAS fortalecida	Manter as Ações da Gestão do SUAS	Realizar 100% de estudo conjunto sobre a viabilidade de implantação de novos serviços	100	%	100
FMAS	Fortalecimento da Proteção Social Básica	Manter os serviços ofertados pelos CRAS	Atender 25% das famílias em extrema pobreza, registradas no CadÚnico, residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, durante a vigência do plano	25	%	25
FMAS	Fortalecimento da Proteção Social Básica	Manter os serviços ofertados pelos CRAS	Ampliar a cobertura por meio de atendimento às famílias residentes nas áreas rurais de assentamento e chacreamentos do território de abrangência dos CRAS, através das equipes volantes em todos os CRAS, sendo 01 (uma) em 2022, 01 (uma) em 2023, 1 (uma) em 2024, e 1 (uma) em 2025	4	unid.	1
FMAS	Fortalecimento da Proteção Social Básica	Manter os serviços ofertados pelos CRAS	Cumprir 100%/ano das metas de atendimento pactuada junto ao Ministério da Cidadania, com registros sistemáticos e atualizados no SISC	100	%	100
FMAS	Fortalecimento da Proteção Social Básica	Manter os serviços ofertados pelos CRAS	Ampliar em 100% as equipes de referência de cada CRAS para maior efetividade do trabalho	100	%	25
FMAS	Fortalecimento da Proteção Social Básica	Manter o Programa Primeira Infância no SUAS	Manter 100%/ano das ações pactuadas do Criança Feliz	100	%	100

FMAS	Canaã Contra as Violações de Direitos	Realizar campanhas educativas	Realizar até 10 (dez) campanhas / ano sobre temas diversos que envolvam as demandas do público referenciado nos serviços da SEMDES	40	Unid.	10
FMDCA	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Manter as Ações do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Realizar 04 capacitações ao ano para os profissionais da rede de sistema de garantia e de direitos da criança e do adolescente.	16	Unid.	4
FMDCA	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Fortalecer o sistema de garantia de direitos	Realizar 4 ciclos de formação continuada a todos os conselheiros tutelares e seus suplentes de Canaã dos Carajás	4	Unid.	1
FMDCA	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Executar as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Canaã dos Carajás	Realizar ações anuais preventivas contra o abuso e/ou violência sexual de crianças e adolescentes, fundamentalmente pela educação, sensibilização e autodefesa	8	Unid.	2
FMDCA	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Executar as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Canaã dos Carajás	Realizar anualmente ação preventiva sobre o bullying contra crianças e adolescentes, fundamentalmente na educação	6	Unid.	1

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
FUNCEL	Gestão Administrativa	Realizar Conv/Coop Téc/Termo de Fomento entre entes Públicos e privados	Realizar parcerias/convênio com no mínimo 05 (cinco) associações por ano, durante a vigência do piano	20	Unid.	5
FUNCEL	Gestão Administrativa	Manter a FUNCEL	Gerir contratos durante a vigência do plano	100	%	100
FUNCEL	Gestão Administrativa	Manter a FUNCEL	Desenvolver a gestão de pessoal durante a Vigência do PPA	100	%	100
FUNCEL	Gestão Administrativa	Manter a FUNCEL	Realizar 03 capacitações de servidores da FUNCEL por ano	12	Unid.	3
FUNCEL	Núcleo de Iniciação Cultural - NIC	Manter o Projeto de Iniciação Cultural - NIC	Realizar 8 expansões dos projetos nas localidades durante a vigência do PPA	8	Unid.	2

FUNCEL	Núcleo de Iniciação Cultural - NIC	Manter o Projeto de Iniciação Cultural - NIC	Realizar a manutenção dos espaços do projeto NIC.	100	%	100
FUNCEL	Esporte e Lazer em Ação	Manter o Programa Esporte e Lazer em Ação	Realizar no mínimo 6 campeonatos e torneios esportivos de diversas modalidades por ano	24	Unid.	6
FUNCEL	Esporte e Lazer em Ação	Manter o Programa Esporte e Lazer em Ação	Realizar no mínimo 4 campeonatos femininos por ano nas diversas modalidade	16	Unid.	4
FUNCEL	Esporte e Lazer em Ação	Manter o Programa Esporte e Lazer em Ação	Promover e apoiar no mínimo 8 eventos esportivos de lazer por ano com apoio a estrutura, fomento a premiações e materiais necessários.	32	Unid.	8
FUNCEL	Esporte e Lazer em Ação	Manter o Programa Esporte e Lazer em Ação	Apoiar a participação de atletas do município em competições de todas as modalidades (Regional, Estadual, Nacional e Internacional).	100	%	100
FUNCEL	Bolsa Atleta	Manter o Programa Bolsa Atleta	Garantir Subsídio a 100% dos atletas que se enquadrem nas normas para obtenção do bolsa atleta até 2025	100	%	100
FUNCEL	Núcleo de Iniciação Esportiva - NIES	Manter o Projeto de Iniciação Esportiva - NIES	Garantir para 100% dos alunos materiais esportivo para uso nas modalidades desportivas, praticadas pelo projeto	100	%	100
FUNCEL	Núcleo de Iniciação Esportiva - NIES	Manter o Projeto de Iniciação Esportiva - NIES	Realizar 8 expansões dos projetos nas localidades, sendo 2 em 2022, 2 em 2023, 2 em 2024 e 2 em 2025	8	Unid.	2

FUNCEL	Núcleo de Iniciação Esportiva - NIES	Manter o Projeto de Iniciação Esportiva - NIES	Realizar a manutenção dos espaços do projeto NIES	100	%	100
FMC	Fundo Municipal de Políticas Culturais	Manter o Fundo Municipal da Cultura	Gerir 100% dos contratos durante a vigência do plano	100	%	100
FMC	Fundo Municipal de Políticas Culturais	Manter o Fundo Municipal da Cultura	Realizar no mínimo 06 oficinas de cultura por ano	24	Unid.	6

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
SEMPRU	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Produção e Desenvolvimento Rural	Realizar convênios e cooperações técnicas com entes Públicos e Privados	4	Unid.	1
SEMPRU	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Produção e Desenvolvimento Rural	Garantir a folha de pagamentos em dias (contratados e efetivos)	100	%	100
SEMPRU	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Produção e Desenvolvimento Rural	Gerir os contratos licitatórios vigentes	100	%	100
SEMPRU	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Produção e Desenvolvimento Rural	Garantir os insumos necessários para a secretaria	100	%	100
SEMPRU	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Produção e Desenvolvimento Rural	Garantir a Capacitação dos Servidores da SEMPRU até 2025	8	Unid.	2
SEMPRU	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Produção e Desenvolvimento Rural	Ampliar a capacidade logística da SEMPRU em 2022	4	Unid.	1
SEMPRU	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Produção e Desenvolvimento Rural	Implementar 3 Subsecretarias na Zona Rural até 2025	3	Unid.	2

SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo Fruticultura	Realizar Convênios para Fornecimento/ Aquisição de Mudas e Sementes até 2025	4	Unid.	1
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo Fruticultura	Implementar 80 Sistemas de Produção de Cacau até 2025	80	Unid.	20
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo Fruticultura	Implementar 80 Sistemas de Produção de Banana até 2025	80	Unid.	20
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo Fruticultura	Implementar 50 Sistemas de Produção de Açaí até 2025	50	Unid.	12,5
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo Fruticultura	Implementar 50 Sistemas de Produção de Citros até 2025	50	Unid.	12,5
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo Fruticultura	Produzir 5000 mudas de Goiaba até 2025	5000	Unid.	1250
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo Fruticultura	Produzir 25.000 mudas de Cupuaçu até 2025	25000	Unid.	6250
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo Fruticultura	Capacitar 200 Produtores em Fruticultura, até 2025	200	Unid.	50
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo Fruticultura	Produzir 30.000 mudas de outras frutíferas até 2025	30000	Unid.	7500
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo Floricultura	Implantar 5 sistemas de produção de flores ornamentais através do Projeto Florescer, até 2025	5	Unid.	1
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo Floricultura	Produzir 320 mil unidades de plantas ornamentais através do Projeto Florescer, até 2025	320000	Unid.	90.000

SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo Floricuitura	Capacitar 200 produtores dentro do sistema de flores ornamentais através do Projeto Florescer	200	Unid.	55
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo Floricultura	Apoio a formalização de associações e cooperativas	4	Unid.	1
SEMPRU	Procampo	Ampliar o Procampo Mecanização Agrícola	Construir 5 Galpões para Máquinas e Implementos Agrícolas Até 2025	5	Unid.	1
SEMPRU	Procampo	Ampliar o Procampo Mecanização Agrícola	Adquirir 10 Implementos Agrícolas até 2025	10	Unid.	2
SEMPRU	Procampo	Ampliar o Procampo Mecanização Agrícola	Adquirir 16 Tratores e Implementos Agrícolas a cada ano	64	Unid.	16
SEMPRU	Procampo	Manter o PROCAMPO Produção de Grãos e Mandioca	Plantar 3000 mil hectares com sementes de milho até 2025	3.000	ha	750
SEMPRU	Procampo	Manter o PROCAMPO Produção de Grãos e Mandioca	Plantar 300 hectares com sementes de soja até 2025	300	ha	75
SEMPRU	Procampo	Manter o PROCAMPO Produção de Grãos e Mandioca	Plantar 100 hectares com sementes de feijão até 2025	100	ha	25
SEMPRU	Procampo	Manter o PROCAMPO Produção de Grãos e Mandioca	Plantar 100 hectares com sementes de arroz até 2025	100	ha	25
SEMPRU	Procampo	Manter o PROCAMPO Produção de Grãos e Mandioca	Capacitar 160 Produtores Rurais nos Sistemas de Produção de Grãos até 2025	160	Unid.	40

SEMPRU	Procampo	Manter o PROCAMPO Produção de Grãos e Mandioca	Plantar 400 hectares de Mandioca até 2025	400	ha	100
SEMPRU	Procampo	Manter o PROCAMPO Produção de Grãos e Mandioca	Capacitar 200 Produtores no Sistema de Produção de Mandioca até 2025	200	Unid.	50
SEMPRU	Procampo	Construir, Reformar e Ampliar o PROCAMPO - Produção de Grãos e Mandioca	Construir uma Agroindústria para a Fabricação de Farinha até 2025	1	Unid.	1
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Sistemas de Informações Rurais	Mapear Anualmente Todas as Produções Agropecuárias de Canaã dos Carajás	100	%	100
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Regularização Fundiária	Apoiar o Processo de Regularização Fundiária de 200 Propriedades Rurais até 2025	200	Unid.	10
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Regularização Fundiária	Garantir o Convênio junto ao INCRA até 2025	4	Unid.	1
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Inovação e Tecnologia	Realizar o Convênio com a EMBRAPA em 2022	4	Unid.	1
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Inovação e Tecnologia	Implementar, em Parceria com a EMATER-PA e com a EMBRAPA, 100 Sistemas de Cultivo Protegido de Tomates até 2025	100	Unid.	25
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Inovação e Tecnologia	Implementar, em Parceria com a UNIFESSPA, 100 Sistemas de Produção com Tecnologia até 2025	100	Unid.	25
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Inovação e Tecnologia	Projetar e Executar 200 Sistemas de Produção Irrigado até 2025	200	Unid.	50

SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Inovação e Tecnologia	Realizar a Transferência de Tecnologia, juntamente com a EMBRAPA, de 09 Sistemas de Produção, até 2025	9	Unid.	2
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Inovação e Tecnologia	Manter o Funcionamento da Feira do PROCAMPO até 2025	100	%	100
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Apicultura.	Fomentar 20 produtores, a cada ano, na criação de abelhas	80	Unid.	20,0
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Apicultura.	Realizar campanhas de marketing a respeito da Florada Apícola do Município	8	Unid.	2
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Avicultura	Fomentar 10 produtores, a cada ano, na criação de galinhas caipiras nativas de capoeira	40	Unid.	10
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Avicultura	Fomentar 10 produtores, a cada ano, na criação de frangos caipiras para abate	40	Unid.	10
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Avicultura	Fomentar 10 produtores, a cada ano, na produção de ovos caipiras	40	Unid.	10
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Avicultura	Manter abatedouro de aves	100	%	100
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Piscicultura	Incentivar 5 produtores, a cada ano, na produção de peixes em sistemas intensivos	20	Unid.	5
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Piscicultura	Incentivar 20 produtores rurais na criação de peixes em viveiros escavados até 2025	20	Unid.	5
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Piscicultura	Manter abatedouro de Peixes	100	%	100
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Bovinocultura	Atender 20 propriedades de Produção Leiteira a cada ano	80	Unid.	20

SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Bovinocuitura	Atender 20 propriedades de Produção de Gado de Corte até 2025	20	Unid.	5
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Ovinocultura	Atender 10 propriedades ao ano	40	Unid.	10
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Sanidade Animal	Atender 100 propriedades rurais a cada ano	400	Unid.	100
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Suinocultura	Incentivar 10 produtores na criação de suínos em sistema confinado e siscal até 2025	10	Unid.	2
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Suinocultura	Manter abatedouro de suínos	100	%	100
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Horticultura	Fomentar 100 famílias de produtores, a cada ano, na cadeia produtiva da horticultura	100	Unid.	25
SEMPRU	Procampo	Manter o Procampo - Horticultura	Construir 10 Hortas em Escolas do Município até 2025	10	Unid.	2
SEMPRU	Serviço de Inspeção Municipal	Manter o Programa de Inspeção Municipal - SIM	Realizar inspeção de 10 agroindústrias produtoras de matéria prima	10	Unid.	2
SEMPRU	Serviço de Inspeção Municipal	Manter o Programa de Inspeção Municipal - SIM	Realizar inspeção de 80 propriedades produtoras de matérias prima	80	Unid.	20
SEMPRU	Clínica Médica Veterinária	Manter a Clínica Médica Veterinária	Realizar o Atendimento do Todos os Animais Errantes que Derem Entrada na Unidade de Zoonoses	100	%	100
SEMPRU	Agricultura Familiar	Manter a Agricultura Familiar	Realizar Extensão Rural a 2000 Produtores, até 2025	2.000	Unid.	500

SEMPRU	Agricultura Familiar	Manter a Agricultura Familiar	Implantar 50 Sistemas de Produção de Orgânicos até 2025	50	Unid.	13
SEMPRU	Agricultura Familiar	Manter a Agricultura Familiar	Capacitar 200 Agricultores Familiares em Produção de Orgânicos	200	Unid.	50
SEMPRU	Agricultura Familiar	Manter a Agricultura Familiar	Atender 200 Agricultores nos Sistemas de Criação Animal	200	Unid.	50
FMDRS	Dinamização das Atividades Rurais do Município	Implantar o Programa Dinamização das Atividades Rurais do Município	Implantação de 08 silos secador de grãos	8	Unid.	3
FMDRS	Dinamização das Atividades Rurais do Município	Implantar o Programa Dinamização das Atividades Rurais do Município	Implantar 20 Biodigestores em propriedades rurais	20	Unid.	8
FMDRS	Dinamização das Atividades Rurais do Município	Manter o Programa Dinamização das Atividades Rurais do Município	Regularização cadastral de 8 Associações e cooperativas de Produtores Rurais do Município através de Assessoria, firmamento de convênios/termo de cooperação.	8	Unid.	3
FMDRS	Dinamização das Atividades Rurais do Município	Manter o Programa Dinamização das Atividades Rurais do Município	Apoiar a Regularização de 4 Comunidades de propriedade rural do Município favorecendo o acesso ao crédito rural	4	Unid.	1
FMDRS	Dinamização das Atividades Rurais do Município	Manter o Programa Dinamização das Atividades Rurais do Município	Realizar a manutenção das despesas do FMDRS	100	%	100

FMDRS	Viabilização de projetos Demandados Pela Comunidade	Realizar convênios e/ou Termo de fomento e cooperação técnica, com entidades governamentais e não governamentais.	Garantir convênios e/ou cooperações técnicas/fomento com instituições ligadas ao meio rural como associações, sindicatos, cooperativas e ONGs	100	%	100
FMDRS	Verticalização da Produção Local da Agricultura Familiar	Construir, reformar e ampliar unidades de processamento - Verticalização da Produção local da Agricultura Familiar	Implantar um Abatedouro frigorífico para Suínos cujo objetivo é ampliação e acesso a novos mercados de comercialização para a carne suína, em 2025	1	Unid.	1
FMDRS	Verticalização da Produção Local da Agricultura Familiar	Manter o Programa de Verticalização da Produção local da Agricultura Familiar	Manter as despesas relacionadas ao Programa de Verticalização da Produção durante a vigência do plano	100	%	100

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
SEMDEC	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Gerir os contratos da SEMDEC durante a vigência do plano	100	%	100
SEMDEC	Geração de Emprego e Renda	Manter o Programa Geração de Emprego e Renda	Implantar projeto de atendimento empresarial com execução de 400 horas de consultoria/ano	1.600	Unid.	400

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
SEMED	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Educação	Gestão com eficácia dos contratos firmados pela SEMED	100	%	100
SEMED	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Educação	Implementar adequação salarial dos servidores municipais, de acordo com diretrizes nacionais	100	%	100
SEMED	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Educação	Garantir anualmente a execução de no mínimo 4 programas e/ou projetos	16	Unid.	4
SEMED	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Educação	Elaboração e implementação de Projeto de Valorização do Patrimônio Público, o âmbito do Plano de Modernização da Gestão Educacional	1	Unid.	1
SEMED	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Educação	Realizar, no mínimo, 01 (curso) de qualificação técnico-administrativa para os servidores públicos da SEMED, anualmente	4	Unid.	1
SEMED	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Educação	Realizar eventos e cerimônias alusivas na área da educação	100	%	100

SEMED	Educação para todos	Manter os órgãos colegiadas	Realizar pagamentos de jetons aos membros dos órgãos colegiados ligados a SEMED, de acordo com a legislação vigente	100	%	100
SEMED	Cidade educadora	Programa Cidade educadora	Realizar diagnóstico das potencialidades do cenário educacional público do município de Canaã dos Carajás alinhando-o a carta das cidades educadoras	1	Unid.	1
SEMED	Cidade educadora	Programa Cidade educadora	Diagnosticar as potencialidades do cenário educacional público do município de Canaã dos Carajás para alinhamento às diretrizes da Carta das Cidades Educadoras, até 2022	1	Unid.	1
SEMED	Cidade educadora	Realizar convênios, ACT's e/ou similares com instituições públicas e privadas, governamentais e não governamentais	Fomentar a realização de cooperação técnica, fomento e convênios com instituições públicas e privadas, governamentais e não governamentais de ensino superior para oferta de cursos de graduação e/ou pós graduação Latu Sensu/ Stricto sensu no município de Canaã dos Carajás	8	Unid.	2
SEMED	Cidade educadora	Realizar convênios, ACT's e/ou similares com instituições públicas e	Fortalecer a parceria com o SUME com vistas a contribuir com a melhoria da qualidade da educação	4	Unid.	1

		privadas, governamentais e não governamentais	fomentando a cidadania, respeito e ética, bem como e subsidiar as escolas em tempo integral			
FME	Educação Infantil	Manter a Educação Infantil	Manter a parceria para desenvolvimento das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), por meio da realização de encontros com as famílias e estudantes da rede municipal de ensino	100	%	100
FME	Educação Infantil	Manter a Educação Infantil	Garantir a acessibilidade em todas as unidades escolares da educação infantil	100	%	100
FME	Educação Infantil	Construir, Ampliar e Reformar prédios públicos - Educação Infantil	Garantir o bom estado de conservação das unidades escolares da educação infantil	100	%	100
FME	Ensino Fundamental	Manter as Unidades de Ensino Fundamental	Garantir a manutenção e ampliação da educação de jovens e adultos	100	%	25
FME	Ensino Fundamental	Manter as Unidades de Ensino Fundamental	Manter cursos de EJA/Supletivo durante a vigência do PPA, por meio da qualificação e ampliação da oferta	100	%	25
FME	Ensino Fundamental	Manter as Unidades de Ensino Fundamental	Garantir o bom estado de conservação das unidades escolares do ensino fundamental	100	%	25
FME	Ensino Fundamental	Manter as Unidades de Ensino Fundamental	Manter a parceria para desenvolvimento das ações do Programa Saúde na Escola (PSE),	100	%	100

			por meio da realização de encontros com as famílias e estudantes da rede municipal de ensino			
FME	Ensino Fundamental	Manter as Unidades de Ensino Fundamental	Ampliação e consolidação das ações do matematicando, com vistas à incorporar todas as ações de aprendizagem, com foco na proficiência em matemática	100	%	25
FME	Ensino Fundamental	Programa Cidadania Ativa	Realizar, anualmente, no mínimo, 04(quatro), projetos de incentivo ao esporte e à cultura e fortalecimento a identidade cultural e respeito à diversidade e aos direitos humanos na rede municipal de maneira transversal	16	Unid.	4
FME	Ensino Fundamental	Programa Cidadania Ativa	Incentivar a pesquisa e investigação científica no desenvolvimento das habilidades e competências dos discentes, por meio da realização de eventos científicos	40	Unid.	10
FME	Ensino Fundamental	Realizar manutenção preventiva e corretiva das Unidades Educacionais - Ensino Fundamental	Garantir o bom estado de conservação das unidades escolares de ensino fundamental	100	%	100
FME	Educação Especial	Manter o Programa Educação Especial	Monitoramento anual do atendimento educacional	100	%	100

			especializado por meio do Programa Busca Ativa escolar			
FME	Educação Especial	Manter o Programa Educação Especial	Aquisição de tecnologias educacionais para atender os alunos do AEE das escolas da rede pública municipal	100	%	25
FME	Educação Especial	Manter o Programa Educação Especial	Garantir a acessibilidade em todas as escolas da rede pública municipal de ensino	100	%	100
FME	Educação Especial	Manter o Programa Educação Especial	Aquisição de materiais e insumos adaptados para o atendimento educacional especializado no CAEE, SEM e sala de aulas regular	100	%	100
FME	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Manter o PNAE	Garantir a aplicação dos recursos do PNAE de acordo com a legislação vigente	8	Unid.	2
FME	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Manter o PNAE	Monitoramento e avaliação da gestão do PNAE	8	Unid.	2
FME	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Manter o PNAE	Ampliar a compra direta da agricultura familiar, por meio da compra de gêneros alimentícios, com vistas a atingir os 30% exigido em lei	100	%	100
FME	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Manter o PNAE	Promover condições para a manutenção e o fortalecimento do	100	%	100

			Conselho Municipal de Alimentação Escolar			
FME	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Manter o PNAE	Realizar capacitação para as equipes escolares que realizam a manipulação dos alimentos	8	Unid.	2
FME	Programa Nacional de Apoio ao Trasnporte de Estudantes -PNATE	Manter o PNATE	Monitoramento e avaliação da gestão do PNATE	100	%	100
FME	Programa Nacional de Apoio ao Trasnporte de Estudantes -PNATE	Manter o PNATE	Realizar formação com os condutores e monitores de transporte escolar com vista a atender a legislação	8	Unid.	2
FUNDEB	FUNDEB	Manter o FUNDEB	Aplicar o FUNDEB de acordo com a legislação vigente	100	%	100
FUNDEB	FUNDEB	Manter o FUNDEB	Manutenção, contratação e valorização de profissionais da educação	100	%	100
FUNDEB	FUNDEB	Manter o FUNDEB	Monitoramento da aplicação dos recursos do FUNDEB pelo respectivo conselho	100	%	100
FUNDEB	FUNDEB	Manter o FUNDEB	Promover capacitação dos profissionais da educação no âmbito da Lei 13.722/2018	100	%	100

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
SEMMA	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Fazer a gestão de Pessoas durante a vigência do Plano	100	%	100
SEMMA	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Gerir contratos durante a vigência do Plano	100	%	100
SEMMA	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Realizar pelo menos 2 (duas) capacitações ao ano	8	Unid.	2

FMMA	Infraestrutura Ambiental	Construir, reformar e ampliar áreas verdes, conservação e preservação permanente	Recuperação de 10 nascentes prioritárias para o abastecimento público e diluição de efluentes das ETEs até 2024	10	Unid.	2
FMMA	Monitoramento, Conservação Ambiental	Manter as áreas verdes, conservação e preservação permanente do município	Ampliação do plantio de árvores nos espaços públicos com a inserção de 10.000 espécies arbóreas durante os 04 anos	36526	Unid.	2500
FMMA	Monitoramento, Conservação Ambiental	Manter as áreas verdes, conservação e preservação permanente do município	Urbanização, revitalização, manutenção e conservação de 800 ha de áreas verdes, bosques, parques e canteiros durante os 04 anos	800	ha	200
FMMA	Educação Ambiental	Manter o Programa Educação Ambiental	Comemoração do dia alusivo ao Meio Ambiente, durante a vigência do Plano	4	Unid.	1
FMMA	Educação Ambiental	Manter o Programa Educação Ambiental	Realização de 03 palestras sobre meio ambiente e sustentabilidade, (03/ano durante os 04 anos	12	Unid.	3
FMMA	Educação Ambiental	Manter o Programa Educação Ambiental	Realização de 4 campanhas/ano publicitárias sobre temas relacionados ao meio ambiente, durante os 04 anos	16	Unid.	4
FMMA	Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Manter o Programa Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Contratação de empresas ou organizações de catadores para coleta dos materiais recicláveis para os 04 anos	4	Unid.	1

FMMA	Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Manter o Programa Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Realização de 01 campanha anual de fiscalização e educação ambiental junto aos fornecedores e consumidores de agrotóxicos visando o recolhimento e a destinação correta das embalagens de agrotóxicos. (01 campanha por ano, durante os 04 anos)	4	Unid.	1
FMMA	Fiscalização Licenciamento e Monitoramento Ambiental	Manter o Programa Fiscalização, Licenciamento e Monitoramento Ambiental	Realização da campanha de fiscalização junto empreendimentos que operam sem licença ambiental, durante os 04 anos	4	Unid.	1
FMMA	Fiscalização Licenciamento e Monitoramento Ambiental	Manter o Programa Fiscalização, Licenciamento e Monitoramento Ambiental	Realização de capacitação para os técnicos da Coordenadoria de licenciamento e fiscalização ambiental, durante os 4 anos	4	Unid.	1

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
SEMSA	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Saúde	Realizar pagamento de servidores até o 5º dia útil - 2022 a 2025	100	%	100
SEMSA	Gestão Administrativa	Manter as ações de combate ao COVID	Manter 100 % das ações de combate ao COVID existente -2022 a 2025	100	%	100
SEMSA	Gestão Participativa e Controle Social	Manter o Conselho Municipal de saúde	Realizar 12 reuniões ordinárias- 2022 A 2025	12	Unid.	3
FMS	Gestão Administrativa	Manter as ações de combate ao COVID	Manter 100 % das ações de combate ao COVID existente -2022 a 2025	100	%	100
FMS	Atenção Primária à Saúde	Manter as Unidades Básicas de Saúde	Manter em 100% a Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica- 2022 a 2025	100	%	100
FMS	Atenção Primária à Saúde	Manter as Unidades Básicas de Saúde	Realizar testes rápidos de gravidez para 100% das unidades de saúde da Família	100	%	100
FMS	Atenção Primária à Saúde	Manter do Programa Academia da Saúde	Atender os requisitos da Portaria Ministerial Nº 2.681/2013 que regulamenta o Programa Academia de Saúde através da contratação e/ou efetivação de profissional de educação física e/ou fisioterapeuta	100	%	100

			para proporcionar atendimentos adequados			
FMS	Atenção Primária à Saúde	Manter do programa de informatização APS	Manter pelo menos 1 ponto de acesso a internet em 100% das unidades de atenção básica -2022 a 2025	100	%	100
FMS	Atenção à assistência de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar	Manter os Serviços de média e alta complexidade regulados	Melhorar a assistência na área de Oftalmologia, ampliando o serviço por meio de terceirização em 25% ao ano	25	%	25
FMS	Fortalecimento da ações de promoção e vigilância em Saúde	Manter as ações de vigilância Sanitária e ambiental	Realizar no mínimo 6 grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias a todos os municípios no ano	24	Unid.	6
FMS	Fortalecimento da ações de promoção e vigilância em Saúde	Manter o Centro de Zoonoses	Reduzir em 80% a incidência do principal agravo transmissível de Zoonoses mais frequentes (Leishmanioses). Até 2025	80	%	20
FMS	Fortalecimento da ações de promoção e vigilância em Saúde	Manter as ações de vigilância epidemiológica	Realizar o exame anti HIV em 100% dos casos novos de tuberculose	100	%	100
FMS	Fortalecimento da ações de promoção e vigilância em Saúde	Manter o programa de imunização	Realizar 100% das campanhas de imunização definidas pelo ministério da Saúde- 2022 a 2025	100	%	100

FMS	Fortalecer das ações de alimentação e Nutrição	Manter o programa de leite para crianças com intolerância a lactose e alergia à proteína do leite de vaca	Atender 100 % de crianças menores de 2 anos no Programa de intolerância a lactose e Alergia à Proteína do Leite de Vaca - anual	100	%	100

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
IDURB	Gestão Administrativa	Manter o Instituto de Desenvolvimento Urbano - IDURB	Manter o instituto de Desenvolvimento Urbano durante a vigência do plano	100	%	100
IDURB	Gestão Administrativa	Manter o Instituto de Desenvolvimento Urbano - IDURB	Realizar todas as prestações de contas junto ao TCM-PA nos prazos estipulados	100	%	100

IDURB	Gestão Administrativa	Manter o Instituto de Desenvolvimento Urbano - IDURB	Treinamentos e Qualificação contínua dos servidores envolvidos	16	Unid.	4
IDURB	Gestão Administrativa	Manter o Instituto de Desenvolvimento Urbano - IDURB	Informatização eletrônica de todos os procedimentos administrativos e finalísticos do IDURB	100	%	100
IDURB	Gestão Administrativa	Manter o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CONDU	Manter o CONDU - conselho de Desenvolvimento Urbano	100	%	100
IDURB	Gestão Administrativa	Manter o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU	FMDU - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - Contratação de assessorias e consultorias técnicas	100	%	100
IDURB	Gestão Administrativa	Realizar Conv/Coop Téc/Termo de Fomento Entre entes Pub. E Priv. E ent. Governamental e Não Governamentais	Buscar Parcerias com entidades públicas privadas	100	%	100
IDURB	SIMGEO - Sistema Municipal de Geoprocessamento	Implantar o georreferenciamento e fotometria em todo o território municipal (SIMGEO)	Implantação do georreferenciamento e fotometria em todo o território municipal (zona rural) até 2025	1	Unid.	1
IDURB	SIMGEO - Sistema Municipal de Geoprocessamento	Manter o georreferenciamento e fotometria em todo o	Atualização contínua das ferramentas disponibilizadas pelo	100	%	100

		território municipal (SIMGEO)	CTM - Cadastro Técnico Multifinalitário em 2024			
IDURB	SIMGEO - Sistema Municipal de Geoprocessamento	Manter o georreferenciamento e fotometria em todo o território municipal (SIMGEO)	Atualização anual do georreferenciamento e fotometria em toda zona urbana municipal	100	%	100
IDURB	SIMGEO - Sistema Municipal de Geoprocessamento	Manter o georreferenciamento e fotometria em todo o território municipal (SIMGEO)	Integração entre todas as Secretarias/autarquias municipais pelo CTM até 2025	100	%	20
IDURB	SIMGEO - Sistema Municipal de Geoprocessamento	Manter o georreferenciamento e fotometria em todo o território municipal (SIMGEO)	Produção de georreferenciamento e documentos técnicos de áreas de interesse do município para a implantação de projetos durante a vigência do Plano Plurianual	100	%	100
IDURB	SIMGEO - Sistema Municipal de Geoprocessamento	Manter o georreferenciamento e fotometria em todo o território municipal (SIMGEO)	Produção de documentos técnicos conforme a demanda do programa de regularização fundiária durante a vigência do Plano Plurianual	100	%	100
IDURB	SIMGEO - Sistema Municipal de Geoprocessamento	Manter o georreferenciamento e fotometria em todo o território municipal (SIMGEO)	Disponibilização via Web (Site oficial IDURB/PMCC) de todo o mapeamento georreferenciado e trabalhos técnicos do município (CTM- Cadastro técnico	100	%	100

			Multifinalitário) para a comunidade em geral através do SIMGEO até 2023			
IDURB	SIMGEO - Sistema Municipal de Geoprocessamento	Manter o georreferenciamento e fotometria em todo o território municipal (SIMGEO)	Manter o sistema de TI (tecnologia da informação) responsável pelo processamento, armazenamento e aplicações do CTM	100	%	100
IDURB	SIMGEO - Sistema Municipal de Geoprocessamento	Manter o georreferenciamento e fotometria em todo o território municipal (SIMGEO)	Campanha informativa à comunidade relativo ao uso das ferramentas do SIMGEO (1 campanha/ano)	3	Unid.	1
IDURB	Obra Legal	Manter o Programa Obra Legal	Ampliar o controle e fiscalização de obras, uso e ocupação do solo e código de posturas/Idurb	100	%	100
IDURB	Obra Legal	Manter o Programa Obra Legal	Realização de 4 campanhas de comunicação sobre a importância da legalização de obras no município	4	Unid.	1
IDURB	Planejamento e Gestão Urbana	Manter o Programa Planejamento e Gestão Urbana	Realizar de estudos de planejamento e gestão urbana durante a vigência do Plano Plurianual	100	%	100
IDURB	Planejamento e Gestão Urbana	Manter o Programa Planejamento e Gestão Urbana	Realizar 4 campanhas/ações de comunicação e educação urbana	4	Unid.	1

IDURB	Planejamento e Gestão Urbana	Manter o Programa Planejamento e Gestão Urbana	Gestão e conservação de áreas públicas	100	%	25
IDURB	Planejamento e Gestão Urbana	Manter o Programa Planejamento e Gestão Urbana	Manter o ordenamento de bairros, logradouros, numeração predial e a identificação ruas, avenidas, estradas no município	100	%	100
IDURB	Canaã, Meu Lugar	Manter o programa Canaã Meu lugar	Regularizar de 04 NUI (Núcleos Urbanos Informais) / ano, através de REURB	16	Unid.	4
IDURB	Canaã, Meu Lugar	Manter o programa Canaã Meu lugar	Regularização e individualização de 2.500 imóveis /ano, através de REURB	10.000	Unid.	2.500
IDURB	Canaã, Meu Lugar	Realizar Conv/Coop Téc/Termo de Fomento Entre entes Pub. E Priv. E ent. Governamental e Não Governamentais	Firmar parcerias com os demais agentes envolvidos nos processos de Regularização Fundiária e Cartórios	100	%	100

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
OUVIDORIA	Ouvidoria Democrática Participativa	Manter os serviços da ouvidoria	Gerir 100% dos contratos da Ouvidoria	100	%	100
OUVIDORIA	Ouvidoria Democrática Participativa	Manter os serviços da ouvidoria	Fazer a gestão de Pessoas durante a vigência do Plano	100	%	100
OUVIDORIA	Ouvidoria Democrática Participativa	Realizar campanha de divulgação dos serviços da ouvidoria	Atingir 3000 atendimentos aos usuários do sistema de ouvidoria durante a vigência deste plano	3.000	Unid.	750
OUVIDORIA	Ouvidoria Democrática Participativa	Realizar campanha de divulgação dos serviços da ouvidoria	Ampliar a resolutividade das demandas dirigidas ao setor de Ouvidoria em 50%	50	%	13
OUVIDORIA	Ouvidoria Democrática Participativa	Realizar campanha de divulgação dos serviços da ouvidoria	Garantir o cumprir do tempo de resposta em 100% das demandas	100	%	100

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025

PGM	Gestão Administrativa	Manter a Procuradoria Geral do Município	Implantar sistema informatizado para gerenciamento de acervo de leis e processos judiciais até 2025.	1	Unid.	1
PGM	Gestão Administrativa	Manter a Procuradoria Geral do Município	Gerir 100% dos contratos da PGM	100	%	100
PGM	Gestão Administrativa	Manter a Procuradoria Geral do Município	Promover estudo necessário à atualização e renovação da legislação municipal em 2025	1	Unid.	1
PGM	Gestão Administrativa	Manter a Procuradoria Geral do Município	Manter e agilizar os serviços de assessoria e consultoria à 100 % dos órgãos públicos municipais durante a vigência do PPA	100	%	100
PGM	Gestão Administrativa	Manter a Procuradoria Geral do Município	Manutenção de 100% das atividades administrativas e operacionais da PGM	100	%	100
PGM	Gestão Administrativa	Manter a Procuradoria Geral do Município	Realizar no mínimo 02 capacitações ao ano para os servidores da PGM	8	Unid.	2
PGM	Proteção e Defesa do Consumidor	Manter o Procon	Implantar setor de educação de consumo em 2025	1	Unid.	1
PGM	Proteção e Defesa do Consumidor	Manter o Procon	Manutenção das atividades do Procon	100	%	100
PGM	Proteção e Defesa do Consumidor	Manter o Procon	Realizar anualmente evento alusivo a Semana do Consumidor	4	Unid.	1
PGM	Proteção e Defesa do Consumidor	Manter o Procon	Realizar a cada ano, mutirão de negociação e conciliação de débitos	4	Unid.	1

PGM	Proteção e Defesa do Consumidor	Manter o Procon	Intermediar e promover os serviços de negociação e renegociação de débitos e cadastro na Tarifa Social junto com a concessionária de energia elétrica,	9	Unid.	2
PGM	Proteção e Defesa do Consumidor	Manter o Procon	Realizar no mínimo 02 capacitação ao ano para servidores do Procon	8	Unid.	2

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
SAAE	Gestão Administrativa	Construir, reformar e ampliar a Sede do SAAE	Construir Sede até dezembro de 2025	1	Unid.	1
SAAE	Gestão Administrativa	Construir, reformar e ampliar a Sede do SAAE	adquirir área para construção da nova sede do SAAE em 2025	1	Unid.	1

SAAE	Gestão Administrativa	Manter o SAAE	Realizar capacitação dos servidores	12	Unid.	3
SAAE	Gestão Administrativa	Manter o SAAE	Realizar gestão dos contratos	100	%	100
SAAE	Gestão Administrativa	Manter o SAAE	Realizar monitoramento das Ações do Plano Municipal de Saneamento Básico	100	%	100
SAAE	Gestão Administrativa	Manter o SAAE	Realizar gestão de pessoas	100	%	100
SAAE	Saneamento/Esgoto	Manter o sistema de esgoto e estação de tratamento de esgoto	Aumentar eficiência no tratamento de esgoto da ETE Maior	90	%	90
SAAE	Saneamento/Esgoto	Construir, reformar e ampliar o Sistema de Esgotamento Sanitário	Construir ETE BP02 até Dez 2025	1	Unid.	1
SAAE	Saneamento/Esgoto	Construir, reformar e ampliar o Sistema de Esgotamento Sanitário	Realizar o tratamento de 100% do efluente recebido pelas ETEs, até 2025	100	%	25,0
SAAE	Saneamento/Esgoto	Construir, reformar e ampliar o Sistema de Esgotamento Sanitário	Ampliar a cobertura da rede de esgoto para 100% na zona urbana, até 2025	100	%	25
SAAE	Saneamento/Água	Manter o Programa Saneamento/Água	Manter a qualidade do serviço oferecido à população	90	%	90
SAAE	Saneamento/Água	Manter o Programa Saneamento/Água	Automatizar o sistema de tratamento de água até Dez. 2025	1	Unid.	1

SAAE	Saneamento/Água	Manter o Programa Saneamento/Água	Automatizar 100% dos poços até 2025	100	Unid.	100
SAAE	Saneamento/Água	Manter o Programa Saneamento/Água	Substituir o sistema de sucção de água da barragem, de subterrâneo para flutuador até 2025	1	Unid.	1
SAAE	Saneamento/Água	Manter o Programa Saneamento/Água	Reduzir em 25% o número de O.S relacionadas a vazamentos de Manutenção, até 2025	25	%	25
SAAE	Saneamento/Água	Construir, reformar e ampliar o sistema de abastecimento de água	Ampliar a cobertura de água tratada para 100 % na zona urbana até dez. 2024	100	%	100
SAAE	Saneamento/Água	Construir, reformar e ampliar o sistema de abastecimento de água	Ampliar a cobertura de água tratada para 100 % nas vilas até dez. 2024	100	%	100
SAAE	SAAE Comunidade	Manter o Programa SAAE Comunidade	Realizar 4 campanhas ao ano voltadas para educação ambiental	16	Unid.	4

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
SEFIN	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Finanças	Manter o pagamento dos servidores em dias	100	%	100
SEFIN	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Finanças	Manter pagamento de fornecedores em dias	100	%	100
SEFIN	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Finanças	Pagamento das obrigações tributárias em dias	100	%	100
SEFIN	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Finanças	Envio das demonstrações contábeis dentro do prazo	100	%	100
SEFIN	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Finanças	Renovação de 100% dos equipamentos da Secretaria.	100	%	50
SEFIN	Gestão Administrativa	Implantar a Coordenadoria de Mineração	Implantar a Coordenadoria de Mineração em 2025	1	Unid.	1
SEFIN	Gestão Administrativa	Capacitar os servidores públicos da Secretaria de Finanças	Capacitar 100% dos servidores em suas áreas até 2025	100	%	25
SEFIN	Gestão Fazendaria	Implantar Posto Fiscal Fazendário	Implantar um Posto Fiscal fazendário no complexo S11D em 2025	1	Unid.	1
SEFIN	Gestão Fazendaria	Manter o programa Gestão Fazendária	Atualização de softwares até 2025	100	%	50
SEFIN	Gestão Fazendaria	Manter o programa Gestão Fazendária	Renovação de 100 % dos equipamentos até 2025	100	%	50

SEFIN	Gestão Fazendaria	Manter o programa Gestão Fazendária	Realização de 24 auditorias tributárias durante a vigência do plano	24	unid.	12
SEFIN	Gestão Fazendaria	Manter o programa Gestão Fazendária	Realização de uma campanha de educação Fiscal por ano	4	unid.	1
SEFIN	Gestão Fazendaria	Manter o programa Gestão Fazendária	Fiscalização das licenças de funcionários das empresas do Município (200 empresas por ano)	800	unid.	200
SEFIN	Gestão Fazendaria	Manter o programa Gestão Fazendária	Aumentar a arrecadação de ITR em 50% até 2025	50	%	5
SEFIN	Gestão Fazendaria	Manter o programa Gestão Fazendária	Realizar 2 Atualizações do cadastro imobiliário Urbano e Rural do Município, até 2025	2	unid.	1
SEFIN	Gestão Fazendaria	Manter o programa Gestão Fazendária	Revisão anual da planta genérica do Município.	4	unid.	1
SEFIN	Gestão Fazendária	Manter o programa Gestão Fazendária	Implantar um Posto Fiscal Fazendário no complexo S11D até 2023	1	Unid.	1
SEFIN	Gestão Fazendária	Manter o programa Gestão Fazendária	Aumentar a arrecadação municipal em 50% em 4 anos	50	%	10
SEFIN	Gestão Fazendária	Manter o programa Gestão Fazendária	Diminuir em 50% a inadimplência Fazendária até 2025	50	%	10
SEFIN	Gestão Fazendaria	Manter o programa Gestão Fazendária	Realizar 2 atualizações do georreferenciamento Municipal até 2025	2	unid.	1
SEFIN	Gestão Fazendaria	Realizar convênios, termo de cooperação, termo de colaboração, entes públicos e privados e entidades	Realizar 5 convênios, termo de cooperação, termo de colaboração, entes públicos e privados e entidades governamentais e não governamentais ao ano	20	unid.	5

		governamentais e não governamentais.				
SEFIN	Gestão Fazendaria	Amortização da Dívida	Pagamento de 100% da dívida com o INSS	100	%	10
SEFIN	Gestão Fazendaria	Contribuição ao PASEP	Contribuição mensal ao PASEP	100	%	100
SEFIN	Gestão Fazendaria	Manter o código de posturas	Realizar 3 campanhas educativas até 2025	3	unid.	2
SEFIN	Gestão Fazendaria	Manter o código de posturas	Realizar 8 blitz para intensificar a fiscalização de postura até 2025	8	unid.	2

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
SEGOV	Canaã - Inovação Empreendedora	Realizar eventos de empreendedorismo tecnológico	Realização de 2 Eventos/ano voltados para o empreendedorismo tecnológico e inovador - HACKTONS	8	Unid.	2
SEGOV	Canaã - Inovação Empreendedora	Realizar eventos de empreendedorismo tecnológico	Realização de 2 Eventos/ano voltados para o empreendedorismo tecnológico e inovador - MEETUPS	8	Unid.	2

SEGOV	Canaã - Inovação Empreendedora	Realizar eventos de empreendedorismo tecnológico	Realização de 2 Eventos/ano voltados para o empreendedorismo tecnológico e inovador - PALESTRAS	8	Unid.	2
SEGOV	Canaã - Cidade Inteligente	Implantar o Programa Canaã - Cidade Inteligente	Implantação de equipamentos tecnológicos com internet das coisas (IOT) nos espaços públicos	100	%	100
SEGOV	Canaã - Cidade Inteligente	Manter o Programa Canaã - Cidade Inteligente	Integração dos dados e imagens obtidos pelos equipamentos (IOT) com a estrutura da smart City no data center	100	%	100
SEGOV	Canaã - Cidade Inteligente	Manter o Programa Canaã - Cidade Inteligente	Disponibilização do ambiente da Smart City para ambiente incubador de Startups	100	%	100
SEGOV	Technopark Canaã	Manter o Programa Technopark Canaã	20 novas empresas de tecnologia criadas em Canaã dos Carajás nos próximos 4 anos	20	Unid.	8
SEGOV	Integra Tech	Manter o Programa Integra Tech	Realização de feira de ciência, tecnologia e inovação	4	Unid.	1
SEGOV	Integra Tech	Manter o Programa Integra Tech	Participação na FENECAN focando o empreendedorismo tecnológico	4	Unid.	1
SEGOV	Canaã do Amanhã	Manter o Programa Canaã do Amanhã	Apoiar as ações de ciência e tecnologia da secretaria de educação	100	%	100
SEGOV	Construindo o Amanhã - Grandes Investimentos	Ampliar o programa construindo o Amanhã - Grandes Investimentos	Realizar obras para o desenvolvimento municipal e regional	100	%	100

SEGOV	Construindo o Amanhã - Grandes Investimentos	Ampliar o programa construindo o Amanhã - Grandes Investimentos	Construir, ampliar e reformar infraestruturas do Parque Veredas	100	%	100
SEGOV	Construindo o Amanhã - Grandes Investimentos	Construir, ampliar e pavimentar estradas e rodovias - Construindo Amanhã	Ampliação, construção e pavimentação de estradas e rodovias de integração - 10 km	10	Km	2,5
SEGOV	Construindo o Amanhã - Grandes Investimentos	Construir o Aeroporto Municipal	Construção de um aeroporto em Canaã dos Carajás até 2025	100	%	10
SEGOV	Construindo o Amanhã - Grandes Investimentos	Construir Unidades Habitacionais - Programa Construindo o Amanhã	Construção de 4000 unidades habitacionais até 2024	4.000	Unid.	500
SEGOV	Construindo o Amanhã - Grandes Investimentos	Construir Polo Universitário	Construção do Complexo Universitário DA UEPA até 2025	100	%	25
SEGOV	Construindo o Amanhã - Grandes Investimentos	Construir Polo Universitário	Construção do Complexo Universitário DO IFPA até 2025	100	%	25
SEGOV	Construindo o Amanhã - Grandes Investimentos	Construir Centro de Eventos com Parque de Exposição	Construção do Centro de Eventos com Parque de Exposição até 2024	100	%	10
SEGOV	Construindo o Amanhã - Grandes Investimentos	Construir Porto Seco	Construção de Porto Seco até 2025	100	%	20

SEGOV	Construindo o Amanhã - Grandes Investimentos	Construir Usina de energia solar Fotovoltaica	Construção de uma Usina de energia solar Fotovoltaica até 2025	100	%	25
SEGOV	Segurança Pública	Manter as câmeras de monitoramento - Segurança Pública	Instalar 150 câmeras durante a vigência do plano	150	Unid.	38
SEGOV	Segurança Pública	Manter as câmeras de monitoramento - Segurança Pública	Realizar 100% da manutenção das câmeras	100	%	100
SEGOV	Gestão Administrativa - SEGOV	Manter a Secretaria Municipal de Governo	Gerir 100% dos contratos da Secretaria de Governo	100	%	100
SEGOV	Gestão Administrativa - SEGOV	Manter a Secretaria Municipal de Governo	Fazer a gestão de Pessoas durante a vigência do Plano	100	%	100
SEGOV	Gestão Administrativa - SEGOV	Manter a Secretaria Municipal de Governo	Gerir as despesas de pessoal com eficácia	100	%	100
SEGOV	Gestão Administrativa - SEGOV	Manter o Governo Itinerante	Realizar 18 eventos do Governo Itinerante - Gestão mais próxima do cidadão durante a vigência do Plano	18	Unid.	9
SEGOV	Gestão Administrativa - SEGOV	Manter o Gabinete do Vice-Prefeito	Gerir 100% dos contratos do Gabinete do Vice Prefeito	100	%	100
SEGOV	Gestão Administrativa - SEGOV	Manter a Assessoria da Comunicação	Gerir 100% dos contratos da Assessoria da Comunicação	100	%	100

SEGOV	Gestão Administrativa - SEGOV	Realizar publicidade de ações desenvolvidas pelo governo	Divulgar 100% das ações do governo	100	%	100
SEGOV	Gestão Administrativa - SEGOV	Realizar eventos e datas comemorativas	Realizar 32 eventos/datas comemorativas durante a vigência do plano	32	Unid.	8
SEGOV	Gestão Administrativa - SEGOV	Manter a Residência Oficial	Gerir 100% dos contratos da Residência Oficial	100	%	100
SEGOV	Governança Conectada	Manter o departamento de Ciência Tecnologia e Inovação	Manter o Departamento de Ciência e Tecnologia, bem como a política de desenvolvimento científico e tecnológico do município	100	%	100
SEGOV	PDTIC Canaã	Manter o PDTIC Canaã	100% dos Sistemas utilizados pela PMCC licenciados	100	%	100
SEGOV	PDTIC Canaã	Manter o PDTIC Canaã	100% dos Sistemas utilizados pela PMCC licenciados	100	%	100
SEGOV	PDTIC Canaã	Manter o PDTIC Canaã	95% de Disponibilidade de funcionabilidade operacional do Data Center	95	%	95
SEGOV	Canaã Conectada	Manter o Programa Canaã Conectada	Manter a disponibilidade da conectividade de dados, sistemas e serviços eletrônicos entre os diversos órgãos do Executivo Municipal, com disponibilidade de 95% de 24h, 7 dias por semana	95	%	95

SEGOV	Canaã Conectada	Manter o Programa Canaã Conectada	Manter a disponibilidade da conectividade com a Internet com os diversos órgãos do Executivo Municipal, com disponibilidade de 90% de 24h, 7 dias por semana	90	%	90

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
SEMAD	Gestão Administrativa	Equipar prédios públicos	Equipar 100 % dos prédios públicos vinculados a Secretaria de Administração	100	%	100

SEMAD	Proteção do Patrimônio Público	Manter o Programa Proteção do Patrimônio Público	Manter o Centro de guarda de bens reutilizáveis e para desfazimento - CGRD	100	%	100
SEMAD	Proteção do Patrimônio Público	Manter o Programa Proteção do Patrimônio Público	Implantar sistema informatizado integrado dos bens inservíveis em 2025	1	Unid.	1
SEMAD	Proteção do Patrimônio Público	Manter o Programa Proteção do Patrimônio Público	Realizar 02 campanhas por ano de valorização do patrimônio público	8	Unid.	2
SEMAD	Valorização do Servidor Público	Manter o Programa Valorização do Servidor Público	Implantar vale transporte para os servidores até 2025	1	Unid.	1
SEMAD	Valorização do Servidor Público	Manter o Programa Valorização do Servidor Público	Manter vale transporte para 100% dos servidores que se enquadrarem nas normas para obtenção do benefício	100	%	100
SEMAD	Valorização do Servidor Público	Manter o Programa Valorização do Servidor Público	Manter o centro de capacitação do servidor	100	%	100
SEMAD	Valorização do Servidor Público	Manter o Programa Valorização do Servidor Público	Realizar evento alusivo ao dia do servidor público.	4	Unid.	1
SEMAD	Valorização do Servidor Público	Manter o Programa Valorização do Servidor Público	Realizar 48 Cursos de capacitações até 2025	48	Unid.	12
SEMAD	Valorização do Servidor Público	Manter o Programa Valorização do Servidor Público	Capacitar 3000 servidores até 2025	3000	Unid.	800

SEMAD	Gestão Administrativa	Construir, reformar e Ampliar prédios públicos	Construir, reformar e Ampliar prédios públicos vinculados a Secretaria de Administração	100	%	100
SEMAD	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de administração	Gerir 100% dos contratos da Secr. de administração	100	%	100
SEMAD	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de administração	Implantar padronização de processos administrativos e atendimento ao público	100	%	25
SEMAD	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de administração	Fazer a gestão de Pessoas durante a vigência do Plano	100	%	100
SEMAD	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de administração	Realizar Convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com entidades/órgãos governamentais e não governamentais	100	%	100
SEMAD	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de administração	Gerir as despesas de pessoal com eficácia	100	%	100
SEMAD	Gestão Administrativa	Manter prédios públicos	Manter 100 % dos prédios públicos vinculados a Secretaria de Administração	100	%	100
SEMAD	Proteção do Patrimônio Público	Equipar prédios públicos do Programa Proteção do Patrimônio Público	Equipar 100 % dos prédios públicos Programa Proteção do Patrimônio Público	100	%	100
SEMAD	Proteção do Patrimônio Público	Manter o Programa Proteção do Patrimônio Público	Manter o Centro de distribuição de bens patrimoniais - CDBP	100	%	100

SEMAD	Valorização do Servidor Público	Manter a Medicina do Trabalho	Realizar atualização o PCMSO e PPRA e outros anualmente	100	%	100
SEMAD	Valorização do Servidor Público	Manter a Medicina do Trabalho	Manter Serviço Especializado em Engenharia e Medicina do Trabalho - SESMT	100	%	100
SEMAD	Valorização do Servidor Público	Manter a Medicina do Trabalho	Promover a prática de atividade laboral para servidores com atividades trimestrais	8	Unid.	4
SEMAD	Tecnologia da Informação	Manter o Programa Tecnologia da Informação	Manutenção da Estrutura da Tecnologia da Informação e telecomunicação	100	%	100

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
SEMHAB	Gestão Administrativa	Equipar a secretaria Mun. de Habitação	Equipar a Secretaria Mun. de Habitação	100	%	100
SEMHAB	Gestão Administrativa	Realizar convênios, cooperação técnica, termo de fomento com entidades públicas e privadas	Realizar Convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com entidades/órgãos governamentais e não governamentais	100	%	100
SEMHAB	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Habitação	Gerir 100% dos contratos da secr. Mun. de habitação	100	%	100
SEMHAB	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Habitação	Gerir as despesas de pessoal com eficácia	100	%	100
SEMHAB	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Municipal de Habitação	Gerir e manter as ações da Secretaria Mun. de Habitação	100	%	100

SEMHAB	Habitar Melhor	Manter o Programa Habitar Melhor	Beneficiar 2.400 famílias com melhoria na condição de habitabilidade até 2025	2.400	Unid.	388
SEMHAB	Habitar Melhor	Manter o Programa Habitar Melhor	Realização de cadastramento social e Laudo técnico de profissionais habilitados	100	%	100
SEMHAB	Habitar Melhor	Manter o Programa Habitar Melhor	Fornecer Apoio técnico de engenharia para 2.000 famílias durante a vigência do PPA	2.000	Unid.	288
SEMHAB	Moradia Digna	Desapropriar imóveis para fins públicos	Desapropriação de imóveis para fins públicos	100	%	100
SEMHAB	Moradia Digna	Urbanização de loteamentos/conjuntos habitacionais	Urbanização de loteamentos/conjuntos habitacionais	100	%	100
SEMHAB	Moradia Digna	Manter o Cartão Reforma	Beneficiar 2.800 famílias durante vigência do PPA, com necessidade de ampliação e melhoria em suas residências através do auxílio Cartão Reforma	2800	Unid.	800
SEMHAB	Moradia Digna	Manter o Programa Moradia Digna	Realização de cadastramento social e Laudo técnico de profissionais habilitados	100	%	100
SEMHAB	Moradia Digna	Manter o Programa Moradia Digna	Realizar cadastramento social e laudo técnico das famílias a serem assistidas pelo programa com aterro social	100	%	100
SEMHAB	Moradia Digna	Manter o Programa Moradia Digna	Atender 600 famílias ao ano, com necessidades de aterro social para adequação de lote	1800	Unid.	600
SEMHAB	Moradia Digna	Manter o Programa Moradia Digna	Doar lote social, sob demanda, às pessoas vulneráveis para edificação de residência,	100	%	100

			em conformidade com a Lei nº 691/2015 e suas alterações			
SEMHAB	Locação Social	Manter o Programa Locação Social	Beneficiar 3.200 famílias, em vulnerabilidade social, durante a vigência do PPA	3200	Unid.	900
SEMHAB	Locação Social	Manter o Programa Locação Social	Incluir as famílias beneficiadas para o Programa Moradia Digna, quando atenderem as disposições legais	100	%	100
SEMHAB	Locação Social	Manter o Programa Locação Social	Realizar acompanhamento técnico social a 3.200 famílias dentro do Programa Locação Social	3.200	Unid.	900
SEMHAB	Locação Social	Manter o Programa Locação Social	Direcionar em torno de 160 membros de famílias beneficiadas pelo programa para curso de capacitação técnica profissional	160	Unid.	45

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
SEMMJU	Gestão Administrativa	Equipar a SEMMJU	Suprir a necessidade de equipamentos da SEMMJU	100	%	100
SEMMJU	Gestão Administrativa	Manter a SEMMJU	Manutenção das ações da secretaria durante a vigência do plano	100	%	100

SEMMJU	Gestão Administrativa	Manter a SEMMJU	Gerir os contratos da SEMMJU durante a vigência do plano	100	%	100
SEMMJU	Gestão Administrativa	Manter a SEMMJU	Fazer a gestão de pessoas durante a vigência do plano	100	%	100
SEMMJU	Gestão Administrativa	Manter a SEMMJU	Gerir as despesas de pessoal com eficácia	100	%	100
SEMMJU	Gestão Administrativa	Manter a SEMMJU	Realizar 4 capacitação ao ano para servidores da SEMMJU	16	Unid.	4
SEMMJU	Atitude Mulher	Implantar o Programa Atitude Mulher	Implantar Casa de acolhimento à Mulher até 2025	1	Unid.	1
SEMMJU	Atitude Mulher	Manter o Programa Atitude Mulher	Manter a Casa Abrigo	100	%	100
SEMMJU	Atitude Mulher	Manter o Programa Atitude Mulher	Manter o conselho Municipal da Mulher	100	%	100
SEMMJU	Atitude Mulher	Manter o Programa Atitude Mulher	Manter o Fundo Municipal da Mulher	100	%	100
SEMMJU	Atitude Mulher	Manter o Programa Atitude Mulher	Manter o Centro de Referência da Mulher	100	%	100
SEMMJU	Atitude Mulher	Manter o Programa Atitude Mulher	Manter a Casa da Mulher até 2023	100	%	100
SEMMJU	Atitude Mulher	Manter o Programa Atitude Mulher	Manter a casa de acolhimento a Mulher	100	%	100
SEMMJU	Atitude Mulher	Manter o Programa Atitude Mulher	Manter o projeto Educação para os agressores	100	%	100

SEMMJU	Atitude Mulher	Manter o Programa Atitude Mulher	Realizar campanha institucionais acerca das políticas de enfrentamento a violência no município	8	Unid.	2
SEMMJU	Atitude Mulher	Manter o Programa Atitude Mulher	Realizar I Conferência Municipal da Mulher	4	Unid.	1
SEMMJU	Atitude Mulher	Manter o Programa Atitude Mulher	Apoiar Regularização de estado civil, conforme demanda	100	%	100
SEMMJU	Atitude Mulher	Manter o Programa Atitude Mulher	Realizar eventos de lazer visando o bem estar das mulheres	40	Unid.	10
SEMMJU	Atitude Mulher	Realizar qualificação e capacitação para a promoção da autonomia econômica	Realizar qualificação técnica para profissionais de cursos diversos, palestras, workshop e feiras.	650	Unid.	300
SEMMJU	Atitude Mulher	Realizar qualificação e capacitação para a promoção da autonomia econômica	Realizar a qualificação de mulheres para realização da prova do ENCEJA	1.200	Unid.	300
SEMMJU	Atitude Mulher	Realizar qualificação e capacitação para a promoção da autonomia econômica	Realizar cursos de capacitação e formação profissional para mulheres, de acordo com a demanda do mercado local, considerando as vocações e as habilidades do público alvo	1.200	Unid.	300
SEMMJU	Atitude Mulher	Realizar qualificação e capacitação para a promoção da autonomia econômica	Realizar oficinas para produção de atividades voltadas para a geração de renda	50	Unid.	10
SEMMJU	Jovem Integrado	Implantar o programa Jovem Integrado	Implantar 2 unidades do Projeto Federal Espaço 4.0 até 2025	2	Unid.	1

SEMMJU	Jovem Integrado	Implantar o programa Jovem Integrado	Implantar o Projeto Habilita Jovem, 1º (primeira) habilitação para jovem de baixa renda	1	Unid.	1
SEMMJU	Jovem Integrado	Implantar o programa Jovem Integrado	Implantar projeto Bolsa Jovem Atitude com o objetivo de conceder auxílio financeiro para jovens participarem de eventos técnico científico, artístico culturais e estudantis, que dispõe sobre aprendizagem no Brasil e no exterior até 2025.	1	Unid.	1
SEMMJU	Jovem Integrado	Manter o Programa Jovem Integrado	Realizar Diagnóstico Socioeconômico das juventudes de Canaã dos Carajás até 2025	1	Unid.	1
SEMMJU	Jovem Integrado	Manter o programa Jovem Integrado	Manter o Fundo da Juventude	100	%	100
SEMMJU	Jovem Integrado	Manter o Programa Jovem integrado	Manter o Conselho Municipal da Juventude	100	%	100
SEMMJU	Jovem Integrado	Manter o Programa Jovem Integrado	Aderir ao SINAJUVE (Sistema Nacional da Juventude) em 2025	1	Unid.	1
SEMMJU	Jovem Integrado	Manter o Programa Jovem Integrado	Promover 7 eventos (como campanhas, conferências, seminários, Olímpiadas da Juventude, Festival da Juventude) por ano, voltados à políticas de juventude, inclusão e diversidade	28	Unid.	7
SEMMJU	Jovem Integrado	Manter o Programa Jovem Integrado	Capacitar 200 Jovens em formação profissional adequada às especificidades dos/as jovens	200	Unid.	50
SEMMJU	Jovem Integrado	Manter o Programa Jovem Integrado	Articular parcerias com 30 empresas de médio e grande porte para implementação da lei Nº	30	Unid.	8

			10.097/2000 que dispõe sobre a Aprendizagem no Brasil			
SEMMJU	Jovem Integrado	Manter o Programa Jovem Integrado	Manter o Projeto Habilita Jovem, 1º (primeira) habilitação para jovem de baixa renda até 2025	100	%	100
SEMMJU	Jovem Integrado	Manter o Programa Jovem Integrado	Qualificar 80 jovens por ano voltado à economia criativa	320	Unid.	80
SEMMJU	Jovem Integrado	Manter o Programa Jovem Integrado	Fomentar e fortalecer 60 empreendimentos econômicos compostos por jovens por meio do acesso a conhecimentos, às finanças e aos instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo, a partir de 2023	60	Unid.	20
SEMMJU	Jovem Integrado	Manter o Programa Jovem Integrado	Manter o projeto Bolsa Jovem Atitude	100	%	100
SEMMJU	Jovem Integrado	Manter o Programa Jovem Integrado	Manter a Casa da Juventude	100	%	100
SEMMJU	Jovem Integrado	Realizar qualificação e capacitação para a promoção da autonomia econômica	Realizar cursos de capacitação e formação profissional para jovens, de acordo com a demanda do mercado local, considerando as vocações e as habilidades do público alvo	1200	Unid.	300
SEMMJU	Jovem Integrado	Realizar qualificação e capacitação para a promoção da autonomia econômica	Realizar oficinas para produção de atividades voltadas para a geração de renda	50	Unid.	10

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025

SEMOB	+ infra	Construir, Reformar e Requalificar Logradouros Públicos	Construção, Reforma e Requalificação Urbanística de Logradouros públicos	100	%	25
SEMOB	+ infra	Desapropriar imóveis para fins públicos	Desapropriar 50 imóveis para fins públicos até 2025	50	Unid.	12
SEMOB	+ infra	Manter o Programa + Infra	Realizar manutenção de cemitérios públicos	100	%	100
SEMOB	+ infra	Manter o Programa + Infra	Realizar Manutenção Urbanística de Logradouros Públicos	100	%	100
SEMOB	Novos Caminhos	Construir ciclovias e ciclofaixas	Construção de 70 Km de ciclovias/ciclofaixas até 2025	70	km	23
SEMOB	Novos Caminhos	Construir calçadas públicas	Construção de 330.000 mts. de calçadas até 2025	330000	m	100000
SEMOB	Novos Caminhos	Manter o programa Novos Caminhos	Executar obras de intervenções de acessibilidade em logradouros públicos	100	%	100
SEMOB	Novos Caminhos	Manter o programa Novos Caminhos	Gestão e manutenção do programa Novos Caminhos	100	%	100
SEMOB	Asfalta Canaã	Construir e reformar pontes, galerias, bueiros e aduelas - asfalta Canaã	Construção e reforma pontes, galerias, bueiros e aduelas nas vias urbanas até 2025	100	%	25
SEMOB	Asfalta Canaã	Ampliar a Pavimentação asfáltica - Asfalta Canaã	Ampliar em 80 km a Pavimentação asfáltica, com infra estrutura adequada na zona urbana até 2025	80	km	25
SEMOB	Asfalta Canaã	Manter o Programa Asfalta Canaã	Realizar manutenção e recuperação da malha asfáltica da zona urbana durante a vigência do PPA	100	%	100

SEMOB	Gestão Administrativa	Equipar a Secretaria Mun.de Obras	Equipar a Secretaria Mun. de Obras e Servs. Públicos	100	%	100
SEMOB	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Mun.de Obras e Servs. Públicos	Garantir serviços com qualidade e plena satisfação dos servidores e população em geral	100	%	100
SEMOB	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Mun.de Obras e Servs. Públicos	Gerir contratos da Secretaria Mun.de Obras com eficácia	100	%	100
SEMOB	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Mun.de Obras e Servs. Públicos	Fazer a gestão de Pessoas durante a vigência do Plano	100	%	100
SEMOB	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Mun.de Obras e Servs. Públicos	Gerir as despesas de pessoal com eficácia	100	%	100
SEMOB	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria Mun.de Obras e Servs. Públicos	Gerir e manter ações da Secretaria Municipal de obras e serviços públicos	100	%	100
SEMOB	Gestão Administrativa	Realizar Convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres	Realizar convênios, termo de cooperação, termo de colaboração, termo de fomento, entes públicos e privados e entidades governamentais e não governamentais	100	%	100
SEMOB	+ infra	Ampliar e modernizar o Sistema de Abastecimento de Água	Ampliação e modernização do sistema de abastecimento de água até 2025	100	%	50
SEMOB	+ infra	Construir, Ampliar e Reformar prédios públicos	Construção, Ampliação e Reforma de prédios públicos	100	%	25

SEMOB	Asfalto no Campo	Construir e reformar pontes, galerias, bueiros e aduelas - Asfalto no Campo	Construir e reformar pontes, galerias, bueiros e aduelas nas vias rurais até 2025.	100	%	25
SEMOB	Asfalto no Campo	Ampliar a Pavimentação asfáltica - Asfalto no Campo	Ampliar em 200 km a pavimentação asfáltica de vias e vicinais, nas vilas e zonas rurais do município até 2025	200	km	50
SEMOB	Asfalto no Campo	Manter o Programa Asfalto no Campo	Realizar a manutenção e recuperação da malha asfáltica nas vilas e estradas rurais, durante a vigência do PPA	100	%	100
SEMOB	Canaã - Bem Melhor	Construir Lagos Recreativos	Construir 2 Lagos recreativos até 2025	2	Unid.	1
SEMOB	Canaã - Bem Melhor	Construir Praças Públicas	Construir 04 praças com brinquedos inclusivos e academias até 2025	4	Unid.	1
SEMOB	Canaã - Bem Melhor	Manter o Programa Canaã Bem Melhor	Realizar manutenção de 100 % dos Espaços Públicos	100	%	100
SEMOB	Ilumina Canaã	Ampliação da rede elétrica zona rural	Ampliar rede elétrica rural em 400 Km até 2025	400	km	125
SEMOB	Ilumina Canaã	Ampliação da rede elétrica zona urbana	Ampliar rede elétrica Urbana em 100 Km até 2025	100	km	38
SEMOB	Ilumina Canaã	Manter ações do programa Ilumina Canaã	Instalar 15.000 pontos de luminárias de led em substituição às lâmpadas de vapor de sódio, até 2025	15.000	Unid.	5.000
SEMOB	Ilumina Canaã	Manter ações do programa Ilumina Canaã	Instalar 5.000 novos pontos de luminárias de led, até 2025	5000	Unid.	2.500
SEMOB	Urbanismo Sustentável	Construir e Ampliar sistemas de drenagem fluvial	Ampliação de 70 km do sistema de drenagem pluvial até 2025	70	km	23

SEMOB	Urbanismo Sustentável	Construir o sistema de resíduos sólidos	Construção de um novo sistema de resíduos sólidos até 2025	100	%	100
SEMOB	Urbanismo Sustentável	Manter os serviços de Limpeza Pública	Gestão dos serviços de limpeza pública do município	100	%	100
SEMOB	Urbanismo Sustentável	Manter o aterro sanitário controlado/usina de resíduos sólidos	Gestão e manutenção do sistema de resíduos sólidos	100	%	100
SEMOB	Urbanismo Sustentável	Manter a usina de energia solar	Gestão e manutenção da usina de energia solar	100	%	100
SEMOB	Urbanismo Sustentável	Manter o programa urbanismo sustentável	Gestão e manutenção das ações do programa Urbanismo Sustentável	100	%	100

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
SEMSPUV	Gestão Administrativa	Equipar a sede da SEMSPUV	Equipar a Sede da SEMSPUV em 2025	100	%	100
SEMSPUV	Gestão Administrativa	Manter a SEMSPUV	Realizar 04 capacitações ao ano para os servidores da SEMSPUV até 2025.	1.1900	Unid.	4
SEMSPUV	Gestão Administrativa	Manter a SEMSPUV	Manutenção do departamento de estatística.	100	%	100
SEMSPUV	Gestão Administrativa	Manter a JARI	Garantir suporte técnico administrativo e financeiro para o exercício das atividades da JARI	100	%	100
SEMSPUV	Mobilidade, qualidade de vida e cidadania	Construir abrigos de transporte Coletivo	Construção de 200 abrigos de Transporte Coletivo Zona Urbana até 2025	200	Unid.	100
SEMSPUV	Mobilidade, qualidade de vida e cidadania	Construir abrigos de transporte Coletivo	Construção 28 de abrigos de Transporte Coletivo Zona Rural até 2025.	28	Unid.	14
SEMSPUV	Mobilidade, qualidade de vida e cidadania	Implantar do programa Mobilidade, qualidade de vida e cidadania	Implantação de 11 pontos de moto táxi até 2025.	11	Unid.	5
SEMSPUV	Mobilidade, qualidade de vida e cidadania	Implantar do programa Mobilidade, qualidade de vida e cidadania	Implantação de sistema de bicicleta por Aplicativo com 210 bikes até 2025.	210	Unid.	80
SEMSPUV	Mobilidade, qualidade de vida e cidadania	Implantar do programa Mobilidade, qualidade de vida e cidadania	Implantação de sistema para monitoramento de transporte coletivo por aplicativo em 2025.	1	Unid.	1

SEMSPUV	Mobilidade, qualidade de vida e cidadania	Manter o programa mobilidade qualidade de vida e cidadania	Realização de 6 capacitações para operadores de transportes de passageiros até 2025.	6	Unid.	3
SEMSPUV	Canaã Sinalizada	Implantar sinalização viária	Implantar 11 semáforos até 2025.	11	Unid.	5
SEMSPUV	Canaã Sinalizada	Implantar sinalização viária	Implantar 300 km de sinalização horizontal e vertical na Zona urbana até 2025.	300	km	100
SEMSPUV	Canaã Sinalizada	Implantar sinalização viária	Implantar 230 km de sinalização horizontal e vertical na Zona rural até 2025.	230	km	100
SEMSPUV	Canaã Sinalizada	Manter o Programa Canaã Sinalizada	Manter 100% da sinalização viária da zona urbana durante a vigência do plano.	100	%	100
SEMSPUV	Canaã Sinalizada	Manter o Programa Canaã Sinalizada	Manter 100% da sinalização viária da zona rural durante a vigência do plano.	100	%	100
SEMSPUV	Segurança viária	Construir a escola pública de trânsito	Construir a escola pública de trânsito em 2025	1	Unid.	1
SEMSPUV	Segurança viária	Equipar a escola pública de trânsito	Equipar a escola pública de trânsito em 2025	100	%	100
SEMSPUV	Segurança viária	Manter o programa de educação para o trânsito	Realizar 03 campanhas educativas ao ano durante a vigência do Plano Plurianual.	12	Unid.	3
SEMSPUV	Segurança viária	Manter o programa de educação para o trânsito	Fortalecer o projeto de transversalidade de educação para o trânsito nas escolas, com realização	16	Unid.	4

			04 capacitações ao ano para professores até 2025.			
SEMSPUV	Segurança viária	Manter o sistema de fiscalização eletrônica e vídeo monitoramento	Aumentar para 20 o número de equipamentos de fiscalização eletrônica de velocidade em 2025.	10	Unid.	10
SEMSPUV	Segurança viária	Manter o sistema de fiscalização eletrônica e vídeo monitoramento	Ampliar para 100 as câmeras do sistema de videomonitoramento em 2025.	74	Unid.	40
SEMSPUV	Segurança viária	Manter o sistema de fiscalização eletrônica e vídeo monitoramento	Manter durante a vigência do plano plurianual o sistema de fiscalização eletrônica e vídeo monitoramento.	1	Unid.	1

Secretaria	Programa	Ação	Meta	Qut.Total	Medida	2025
SEPLAN	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria de Planejamento	Fazer a gestão de Pessoas durante a vigência do Plano	100	%	100
SEPLAN	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria de Planejamento	Gerir contratos durante a vigência do Plano	100	%	100
SEPLAN	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria de Planejamento	Cumprir 100% os prazo de devolução de processos	100	%	100
SEPLAN	Gestão Administrativa	Manter a Secretaria de Planejamento	Realizar pelo menos 1 (uma) capacitação ao ano	4	Unid.	1
SEPLAN	Gestão Administrativa	Manter o Setor de Licitação e Contratos	Cumprir em 100% os prazos dos processos licitatórios durante a vigência do plano	100	%	100
SEPLAN	Gestão Administrativa	Manter o Setor de Licitação e Contratos	Cumprir 100% os prazos para geração de Contratos durante a vigência do plano	100	%	100
SEPLAN	Gestão Administrativa	Manter o Setor de Licitação e Contratos	Lançamento de 100% dos processo no portal GeoObras durante a vigência do plano	100	%	100

SEPLAN	Gestão Administrativa	Manter o Setor de Licitação e Contratos	Lançamento de 100% dos processos no Portal Transparência durante a vigência do plano	100	%	100
SEPLAN	Gestão Administrativa	Manter o Setor de Licitação e Contratos	Lançamento de 100% dos processos no Portal do TCM durante a vigência do plano	100	%	100
SEPLAN	Município Sustentável	Manter o Programa Município Sustentável	Garantir 100% a entrega das Peças Orçamentárias dentro dos prazos estabelecidos na Lei municipal	100	%	100
SEPLAN	Município Sustentável	Manter o Programa Município Sustentável	Realizar 1 (uma) capacitação ao ano para área de planejamento estratégico durante a Vigência	1	Unid.	1
SEPLAN	Município Sustentável	Manter o Programa Município Sustentável	Realizar as revisões de todos os planos municipais até 2025	100	%	20
SEPLAN	Município Sustentável	Manter o Programa Município Sustentável	Cumprir 100% dos prazos de devolução dos processos (2 dias)	100	%	100
SEPLAN	Município Sustentável	Manter o Programa Município Sustentável	Cumprir com limite de percentual de suplementação autorizado pelo legislativo	100	%	100
SEPLAN	Município Sustentável	Manter o Programa Município Sustentável	Monitorar 100% das despesas com pessoal durante a vigência do Plano	100	%	100
SEPLAN	Município Sustentável	Manter o Programa Município Sustentável	Atualizar anualmente o censo populacional, através de diagnósticos por amostragem em diferentes áreas, para subsidiar planejamento público	2	Unid.	1

SEPLAN	Parceria Por Canaã	Manter o Programa Parceria Por Canaã	Buscar parcerias público privada (PPP) para operacionalizar o novo hospital municipal até 2025	100	%	100
SEPLAN	Parceria Por Canaã	Manter o Programa Parceria Por Canaã	Buscar Parcerias para obras/serviços até 2025	1	Unid.	1
SEPLAN	Parceria Por Canaã	Atender as demandas Parlamentares - Projeto de Lei	Garantir cumprimento de 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) para Emendas Impositivas	1,2	%	1,2
SEPLAN	Parceria Por Canaã	Convênios/termo de cooperação/termo de fomento com entidades públicas e Privadas - Emendas Impositivas	Diplomar as associações por meio de "score" e "ranking" de mérito de excelência em execução, para alcance de metas e objetivos para que sejam contempladas com mais fomentos e ou emendas parlamentares	1	Unid.	1
SEPLAN	Parceria Por Canaã	Convênios/termo de cooperação/termo de fomento com entidades públicas e Privadas	Viabilizar 30 termos de Cooperação Técnicas/termo de fomento/ Convênio ao ano em áreas (Educação, Agricultura, Saúde, Bem estar, desenvolvimento social) durante a vigência do plano.	120	Unid.	30
SEPLAN	Cidade Educadora	Manter o Programa Cidade Educadora - SEPLAN	Manutenção do Programa Cidade Educadora - SEPLAN	100	Unid.	100
SEPLAN	Cidade Educadora	Manter o Programa Cidade Educadora - SEPLAN	Realizar cursos preparatórios para pré-vestibulares e exame nacional do ensino médio	8	Unid.	4
SEPLAN	Cidade Educadora	Manter o Programa Cidade Educadora - SEPLAN	Monitorar e avaliar os percentuais de aprovação dos alunos matriculados em	30	%	30

			cursos preparatórios pré-vestibulares e exame nacional do ensino médio - ENEM			
SEPLAN	Cidade Educadora	Realizar convênios, ACT's e/ou similares com instituições públicas e privadas, governamentais e não governamentais	Fomentar a realização de cooperação técnica, fomento e convênios com instituições públicas e privadas, governamentais e não governamentais de ensino superior para oferta de cursos de graduação e/ou pós graduação Latu Sensu/ Stricto sensu no município de Canaã dos Carajás	8	Unid.	2
SEPLAN	Cidade Educadora	Realizar convênios, ACT's e/ou similares com instituições públicas e privadas, governamentais e não governamentais	Viabilizar através de acordo de cooperação técnica (ACT) a implantação do Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a educação básica na modalidade Jovens e Adultos - PROEJA em parceria com o IFPA - Instituto Federal do Pará	4	Unid.	1
SEPLAN	Cidade Educadora	Realizar convênios, ACT's e/ou similares com instituições públicas e privadas, governamentais e não governamentais	Buscar parcerias com instituições de ensino superior, técnico e/ou profissionalizante públicas e privadas para oferta de cursos livres a serem ofertados aos alunos do ensino fundamental e médio com vistas a desenvolver as habilidades para além dos requisitos curriculares	3	Unid.	1